

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**Ana Paula Franchi**

**Poder Imperial e legitimação no século IV d.C.: o caso do “Panegirico de Constantino”**

**CURITIBA  
2009**

**Ana Paula Franchi**

**Poder Imperial e legitimação no século IV d.C.: o caso do “Panegirico de Constantino”**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto

**Curitiba  
2009**

## **AGRADECIMENTOS**

Durante estes dois anos de intenso trabalho, inúmeras pessoas me auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa, direta e indiretamente. É muito difícil, no entanto, nomear todas elas neste momento. Por este motivo, gostaria de deixar aqui meu agradecimento aos professores, pesquisadores, amigos e colegas que tiveram participação neste trabalho, enviando textos e referências, discutindo, lendo os meus esboços e comentando-os.

Contudo, seria muito indelicado se não destacasse alguns nomes que contribuíram diretamente para que esta dissertação pudesse ser concretizada. Agradeço em especial:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro, sem o qual seria inviável a finalização desta pesquisa.

Ao professor e orientador Renan Frighetto pelo acompanhamento e condução do processo de pesquisa, sempre fazendo colocações de grande pertinência que engrandeceram meu trabalho. Também agradeço a sua paciência em relação aos “pequenos” imprevistos durante esta jornada. Sem sua compreensão e atenção este trabalho não teria sido concretizado.

Aos professores Marcos Luis Ehrhardt e Dennison de Oliveira pelas observações e sugestões valiosas durante o exame de qualificação.

Às professoras Margarida Maria de Carvalho e Ana Teresa M. Gonçalves pela grande ajuda durante a elaboração do projeto de pesquisa e pela indicação da coletânea de discursos panegirísticos utilizado como fonte para este trabalho.

Aos meus pais, que conseguiram compreender minha ausência, e em particular a minha mãe, que foi essencial na produção do Abstract desta dissertação.

E finalmente, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao Rodrigo, meu companheiro de todos os momentos, que nas ocasiões mais difíceis, com sua serenidade, carinho e atenção, foi imprescindível para a superação destes obstáculos.

## RESUMO

Este trabalho aborda a problemática da legitimação do poder imperial no século IV d.C., com base no discurso panegirístico conhecido como “Panegirico de Constantino”, proclamado no ano de 310 d.C. em homenagem ao imperador Constantino. Este imperador se destacou na história do Império Romano por conseguir consolidar sua legitimação e tornar-se monarca absoluto em um período de grande instabilidade da política imperial, tomando como apoio principal um novo modelo político-ideológico de poder que então se configurava, conhecido como *Dominato*. Devido ao fato de ascender ao poder pela “aclamação militar”, Constantino preocupou-se em distanciar sua imagem dos demais aspirantes ao poder (os chamados usurpadores), utilizando para este fim, uma ampla propaganda de seu governo por intermédio de discursos pronunciados em sua homenagem. Estes discursos, conhecidos como panegíricos, eram encomendados aos melhores oradores do Império, e em seguida proclamados em comemorações festivas oficiais. Desta forma, percebemos que os panegíricos alcançavam uma grande amplitude, e conseqüentemente, havia uma forte difusão das idéias neles contidas. Com o grande número de produções deste gênero ocorridas em um curto espaço de tempo, podemos destacar a grande eficiência dos mesmos em relação à promoção da política imperial. Buscamos enfatizar o quanto a produção panegirística contribuiu para a criação de um apoio teórico a respeito das concepções do poder imperial e sua legitimidade, adaptando-se sempre aos acontecimentos do momento histórico que era correspondente. Neste sentido, procuramos através da análise do discurso panegirístico utilizado como fonte para esta pesquisa, destacar os elementos utilizados pelo orador que poderiam auxiliar na construção desta nova concepção de poder imperial, e também abordar como a forma com que estes elementos eram empregados contribuía para a consolidação do monarca exaltado, que no caso do nosso objeto de estudo, foi o Imperador Constantino. Percebemos por fim, com base nestes resultados, que as usurpações do poder imperial no século IV d.C. não foram decorrentes de uma insatisfação com a política do regime imperial, ou seja, com a concentração de poder cada vez mais efetiva nas mãos do soberano, neste sentido, não existia a proposta de uma redefinição do sistema político imperial. A análise dos dados nos possibilitou a compreensão de que os instrumentos utilizados pelo imperador Constantino em seu processo de legitimação no poder eram os mesmos que os teóricos empregavam em prol da fundamentação do *Dominato*. Logo, justifica-se a grande preocupação propagandística imperial baseada na produção de inúmeros discursos panegirísticos, permitindo que destacássemos o poder da comunicação imperial como fundamental para a consolidação deste novo modelo político-ideológico.

**Palavras-chave:** Poder imperial, legitimação, discurso panegirístico, Imperador Constantino.

## **ABSTRACT**

This paper approaches the problem of imperial power legitimation in the fourth century after Christ, based on the panegyristic speech, known as "Constantine's panegyric" proclaimed in 310 after Christ, in honor to the emperor Constantine. The emperor was recognized in the history of Roman Empire because he could consolidate his legitimation and become absolute monarch over a period of great instability of the imperial policy, considering as main support a new political-ideological model of power established at that time, known as Dominato. Due to the fact he had risen to the power by "acclamation military," Constantine was concerned to keep his image away from the other aspirants to the power (the so-called usurpers), by means of a wide publicity of his government through speeches made in his honor. These speeches, known as panegyric, were ordered to the best speakers of the Empire, and then proclaimed in official festive celebrations. Thus, we realize that the panegyric reached a large range, and consequently the ideas which were presented with the speeches had a strong diffusion. With the large number of productions of this kind that took place in a short period of time, we can point their great efficiency related to the promotion of imperial policies. We emphasize how the panegyristic production contributed to the creation of a theoretical support about the conceptions of imperial power and its legitimacy, always adapting to the events of correspondent history moment. By analyzing the panegyristic speech used as a source for this research, we point the factors used by the speaker that could help to build this new conception of imperial power, and also approach how the way in which these elements were employed contributed to the consolidation of the exalted monarch, that was the Emperor Constantine the case of our object of study. Based on these results, we finally realize that the usurpations of imperial power, in the fourth century after Christ, were not from dissatisfaction with the policy of the imperial regime, that is, the concentration of more effectively power in the hands of the sovereign, in this direction, did not exist the proposal of a redefinition of the imperial political system. The data analysis allowed us to understand that the instruments used by the emperor Constantine in the process of power legitimation, were the same as those employed by the theoretical for the foundation of Dominato. Therefore, the major concern with the imperial publicity based on the production of numerous panegyristic speeches is justified, making it possible we point the power of imperial communication as essential to the consolidation of a new political-ideological model.

Keywords: imperial power, legitimacy, panegyristic speech, Emperor Constantine.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>O Império Romano nos tempos de Constantino .....</b>	<b>88</b>
<b>A divisão do Império em Províncias .....</b>	<b>89</b>
<b>Províncias sob a administração de Constâncio Cloro .....</b>	<b>90</b>
<b>Províncias sob a administração de Galério .....</b>	<b>91</b>
<b>Províncias sob a administração de Maximiano .....</b>	<b>92</b>
<b>Províncias sob a administração de Diocleciano .....</b>	<b>93</b>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
CAPÍTULO 01: contextualização política .....	14
1.1. A Antigüidade Tardia e a construção do <i>Dominato</i> .....	14
1.2. Diocleciano e a Tetrarquia: a busca pela estabilidade .....	27
CAPÍTULO 02: O discurso panegirístico .....	33
2.1 O discurso panegirístico e a Antigüidade Tardia .....	33
2.2 Um instrumento de legitimação .....	37
CAPÍTULO 3: O Imperador Constantino .....	46
3.1 A ascensão ao poder imperial .....	46
3.2 As virtudes imperiais.....	49
3.3 A dissociação do Tirano-usurpador .....	54
3.4 “Panegírico de Constantino”: um processo de legitimação .....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
ANEXO I .....	76
ANEXO II .....	79

<b>ANEXO III .....</b>	<b>88</b>
------------------------	-----------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>94</b>
-----------------------------------------	-----------



## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo formular uma abordagem acerca da questão da legitimidade do poder imperial no século IV d.C.. Para este fim foi selecionado como objeto central de estudo o Imperador Constantino, e a fonte que sustentará esta análise, consiste em um discurso panegirístico pronunciado em sua homenagem no ano de 310 d.C.

O interesse por esta questão surgiu a partir da constatação de um movimento particular na história do Império Romano. Foi neste período, que engloba o século III d.C. e IV d.C. principalmente, que as bases que fundamentavam a dominação romana, como o ideal de cidadão a partir da *res publica*, converteram-se paulatinamente em uma estrutura de poder centralizada no Imperador, fortemente influenciada pelas organizações monárquicas orientais e helenísticas.

Percebemos neste sentido uma crescente participação das elites provincianas no que diz respeito à política imperial, entre outros fatores, justificada pela ampla participação das mesmas no exército romano, e, ao mesmo tempo, uma crise configurada pela série de usurpações no plano político decorridas desta influência. Estas questões contribuíram para o abalo da legitimidade do poder imperial, que também se agravou por uma “conjuntura de crise” perceptível nos diversos setores do Império Romano, sobretudo no econômico.

Se concebermos que esta aparente desordem pôde revelar as fragilidades do sistema estabelecido, estes conflitos puderam ser convertidos em elementos de ordem, considerando que ordem e desordem – conjugadas com o mito, o rito e a tradição – podem contribuir para um *continuum* histórico.

Partindo deste pressuposto, seriam estes conflitos que possibilitaram em grande medida a reestruturação sentida na esfera da organização imperial, sendo os governos de Diocleciano (284-305 d.C) e Constantino (306-337 d.C.) os principais responsáveis pelas adaptações administrativas e pela fundamentação ideológica, necessárias a esta nova realidade que se configurava e ficou conhecida como *Dominato*.

Desta forma, procurou-se fixar o recorte temporal deste trabalho até o ano de 310 d.C, pois, além de esta ser a data de proclamação da nossa fonte “Panegirico de Constantino”, foi neste momento que pudemos perceber um grande

desenvolvimento das movimentações do imperador Constantino em prol de sua legitimação, o que acabou conduzindo-o a tornar-se o único soberano do Império Romano no ano de 324, após sua campanha vitoriosa contra Licínio.

O meio utilizado por Constantino na ascensão ao poder imperial possibilitou uma possível contestação de sua legitimidade nesta posição. Ele havia alcançado o poder através da força militar, rompendo neste sentido, com a pequena estabilidade configurada durante a tetrarquia de Diocleciano até o ano de 305 d.C.. Este acontecimento reacendeu a influência do exército na nomeação do soberano (cujo apogeu apresenta-se durante da Anarquia Militar entre 235 d.C e 284 d.C).

Estes acontecimentos foram frutos de um contexto de transformações que o Império Romano atravessava nos séculos III d.C. e IV d.C., e que o conduziu para uma centralização de poder cada vez mais concreta nas mãos do imperador. E foi como parte deste contexto que a ascensão de Constantino ao poder pôde caracterizar-lo como integrante de uma sociedade política que procurava estabelecer os fundamentos da autoridade imperial baseada em uma monarquia de direito divino e, conseqüentemente, a legitimidade desta nova forma de governo, objetivando assim a construção da legalidade desta prática.

Foi neste sentido que a reestruturação teórica e ideológica acerca do poder e legitimidade do soberano foi amplamente trabalhada em diversos setores, e destacamos neste trabalho, o campo da comunicação, essencialmente a produção literária oficial do Império, com um caráter enfático em relação à propaganda da política imperial e à promoção dos fundamentos do *Dominato*.

Por conseguinte, a produção panegirística do século IV d.C. ganhou grande evidência, caindo nas graças de diversos imperadores, e uma série de discursos deste gênero passou a ser encomendada periodicamente após acontecimentos relevantes e datas comemorativas.

Como necessidade de fundamentar sua legitimidade e também a legitimidade da concentração de poder nas mãos do monarca, Constantino seguiu estas movimentações, e também atribuiu grande importância a questão da comunicação imperial, principalmente no já referido caráter propagandístico do governo. Logo, este imperador foi objeto central de diversos discursos panegirísticos, que dentro deste contexto, procuravam através da exaltação de sua imagem, criar um apoio teórico à política do *Dominato*.

O panegírico escolhido como fonte para esta pesquisa foi escrito por um orador anônimo, enquadrado por diversos estudos no grupo dos discursos produzidos por autores pagãos. Este fato deve ser abordado com delicadeza, pois neste momento de busca pela unidade imperial e desenvolvimento teórico da concentração de poder nas mãos do soberano, a própria religião pagã sofria uma reconfiguração em busca da adaptação das teorias de poder à esta realidade dos séculos III d.C. e IV d.C. Desta forma, percebeu-se um paulatino crescimento de um monoteísmo dentro do próprio paganismo, evidenciado no corpo do texto de diversos discursos panegirísticos do período.

Uma vez que este trabalho tem como ênfase a busca pela legitimidade do poder imperial por Constantino e o recorte temporal delimitado pela fonte utilizada encerra-se no ano de 310 d.C., não sentimos a necessidade, neste momento, de adentrar nas discussões a respeito do Paganismo X Cristianismo, nem mesmo na religiosidade deste imperador.

Deste modo, procuramos dividir este trabalho em três eixos principais: contextualização do recorte temporal estabelecido, discussão em torno da importância dos discursos enquanto instrumentos legitimadores e por último, a ascensão e legitimação do imperador Constantino.

Sentimos a necessidade de dedicar o primeiro capítulo a contextualização dos séculos III d.C. e IV d.C., pois sem o conhecimento do mesmo, não conseguiríamos identificar a razão da forte ênfase da propaganda política imperial no momento da ascensão de Constantino. Procuramos então destacar que o Império Romano sofria uma reconfiguração das bases que fundamentavam sua dominação e garantiam sua unidade, e que esta nova realidade que se formava não surgia de modo repentino. Ela seria resultado de uma adaptação da organização imperial clássica às pressões e influências externas e internas, surgindo como um meio para garantir a manutenção do Império.

Concomitante a discussão sobre a construção do *Dominato*, procuramos fazer uma abordagem sobre o período denominado “Anarquia Militar” que acabou possibilitando, ou até mesmo facilitando, a instauração da Tetrarquia com o imperador Diocleciano, em 284 d.C., pois foi neste momento que Constantino ganhou destaque dentro da política imperial, por intermédio de seu pai Constâncio Cloro, nomeado como *césar* em 293 d.C..

Procuramos encerrar este capítulo com o reinício das disputas imperiais após a renúncia de Diocleciano do ano de 305 d.C., deixando para o terceiro capítulo a abordagem sobre a ascensão de Constantino ao poder, por acreditar ser necessário discutir a questão dos discursos enquanto legitimadores da política imperial antes deste assunto.

Desta forma, iniciamos o segundo capítulo com uma abordagem sobre a importância dos discursos enquanto instrumentos de promoção ideológica, uma vez que defendemos a concepção de que a comunicação não está desvinculada das questões sociais e políticas, mesmo no mundo romano. Para isso, procuramos destacar a utilização da produção panegirística na antiguidade e o emprego da retórica e oratória neste tipo de produção, o que atribuiu a estes discursos um grande potencial enquanto meio de comunicação oficial do império, e enfatizou o crescimento de uma política educacional por parte de diversos imperadores que compreendiam o poder da palavra enquanto agente ideológico.

Tendo em vista estas considerações, iniciamos o terceiro capítulo com uma abordagem mais delimitada sobre a ascensão de Constantino no colégio imperial, procurando então destacar alguns elementos contidos nos panegíricos em sua homenagem, que auxiliaram em sua política de legitimação, uma vez que a ascensão ao poder não pode ser confundida com permanência neste poder.

Procuramos então destacar as alianças realizadas por Constantino até o ano da proclamação de nossa fonte, 310 d.C., principalmente a aliança com Maximiano, acontecimento que foi utilizado como um dos primeiros argumentos em prol de sua legitimidade. Em um segundo momento, procuramos buscar alguns elementos que servissem de amparo teórico para a concentração de poder nas mãos do soberano e auxiliavam na construção do processo de legitimação de Constantino.

Com isso, dedicamos uma abordagem sobre as virtudes imperiais, que caracterizaram Constantino como um “bom príncipe” em contraposição à imagem do mau governante, simbolizada pelo conceito do Tirano-usurpador. A contraposição da imagem de Constantino em relação aos demais usurpadores, permitiria amenizar a polêmica ascensão ao poder deste imperador por intermédio da aclamação de suas tropas.

Por fim, procuramos encerrar este capítulo com a utilização do discurso panegirístico de 310 “Panegirico de Constantino” no processo de legitimação deste imperador, destacando através da estrutura e conteúdo do discurso, os elementos

que permitiram a consolidação da política do *Dominato* e do Imperador Constantino no poder por um longo período.

## CAPÍTULO 1: contextualização política

Primeiramente, acreditamos ser de extrema importância fazer uma discussão sobre o momento histórico que o imperador Constantino chegou ao poder. Esta importância deve-se pelo fato de que sua legitimação no poder imperial só tomou a configuração exposta neste trabalho devido ao contexto de transformação que o Império Romano passava ao procurar garantir sua unidade política.

Nas palavras de Arther Ferrill:

A defesa de “fronteiras remotas” parece muito menos importante aos Imperadores da Caserna do que a proteção do regime imperial. Na tragédia deste período, o ideal de um império unido permaneceu forte, mas a realidade de um círculo de civilização fraturado, por vezes indefeso ao redor do mediterrâneo passou muito nas mentes.<sup>1</sup>

Este autor utiliza o termo “Imperadores da Caserna” para denominar o período que abrange os anos entre 235 e 284, que em nosso trabalho será tratado como “Anarquia Militar”. Como veremos a seguir, este período foi de extrema importância para a configuração da política do *Dominato*, merecendo assim nosso destaque.

### 1.1. A Antigüidade Tardia e a construção do *Dominato*:

Ao estudar o século IV d.C.<sup>2</sup> nos deparamos com discussões historiográficas a respeito do momento histórico ao qual este período pertence. A historiografia tradicional costuma dividir os períodos da história em Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Porém, já é um consenso na atualidade, que este tipo de divisão baseia-se na cronologia ligada à longa duração, desconsiderando, portanto, os períodos de mediação que caracterizam a transição

---

<sup>1</sup> FERRILL, Arther. *A queda do Império Romano: a explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. P. 33.

<sup>2</sup> Todas as datas deste trabalho se remetem ao período posterior ao nascimento de Cristo, salvo quando destacado o contrário.

de uma idade à outra e até mesmo os diferentes momentos históricos no interior das mesmas.

Hilário Franco Júnior<sup>3</sup>, por exemplo, acredita que esta divisão e denominação dos períodos históricos podem ser consideradas como rótulos, uma vez que são produtos históricos ou historiográficos que procuram responder a necessidade de certa época em relação a um determinado passado. Desta forma, procura-se dividir e nomear os períodos a partir de um balanceamento feito entre a cronologia e os processos em curso.

Dentro deste contexto, o período da transição da Antigüidade para a Idade Média é bastante discutido. Várias denominações surgem para tentar especificá-lo, como por exemplo, “Fim do mundo clássico”, “Antigüidade Tardia”, “Alta Idade Média” ou até mesmo “Primeira Idade Média”. Estas correntes historiográficas consideram, de modo geral, que o período do século III ao século VIII tem especificidades que os diferenciam da Antigüidade Clássica e também do Medievo Feudal, mas concebem a existência de continuidades e rupturas que ligam estes dois momentos históricos.

Podemos ponderar que muitas destas formulações conceituais baseiam-se primeiramente nos limites cronológicos desse período, tanto no início, como no fim e acabam estabelecendo estes limites a partir de pontos de observação específicos. Desta forma, para citar alguns exemplos, Henri-Irénée Marrou defende o conceito de Antigüidade Tardia (século III ao século VI), Peter Brown aborda o período que vai do século III ao século VIII como Fim do Mundo Clássico, e medievalistas, como Hilário Franco Júnior e Ruy de Oliveira Andrade, defendem a idéia de Primeira Idade Média (que englobaria o início do século IV até meados do século VIII).

Nosso objetivo com esta discussão é enfatizar a importância deste período histórico, que teria como questão essencial a fixação dos limites entre a Antigüidade e a Idade Média. Até aproximadamente o início do século XX, o mesmo era retratado como um período de decadência, não só das estruturas imperiais romanas, mas também da cultura e economia, o que suscitou uma visão depreciativa do período, tal quais diversos outros rótulos aplicados em outros momentos, como por

---

<sup>3</sup> FRANCO JÚNIOR, H. Antigüidade Tardia ou Primeira Idade Média? In: ANDRADE FILHO, R. de O. (org.) *Relações de poder, educação e cultura na Antigüidade e Idade Média: estudos em homenagem ao professor Daniel Valle Ribeiro*. I CIEAM, VII CEAM. Santana da Parnaíba, São Paulo: Editora Solis, 2005. Pág. 233-242. Entrevista. P. 233-234.

exemplo, a antiga denominação de “Idade das Trevas” utilizada para retratar o medievo.

O conceito de Antigüidade Tardia difundiu-se na historiografia a partir dos anos de 1950, sendo primeiramente acolhido por alguns autores alemães. Entretanto, somente a partir de 1977 é que constatamos uma ampla difusão deste conceito com Henri-Irénée Marrou, que buscava associar ao período uma conotação positiva, em oposição à corrente historiográfica dominante até o século XIX.

Em sua obra “Decadência Romana ou Antigüidade Tardia”, Marrou defende a importância deste momento de mediação entre a Idade Antiga e a Idade Média, que se caracterizaria não somente como uma última fase de um desenvolvimento contínuo, mas sim como “[...] uma outra civilização, que temos de reconhecer na sua originalidade e julgar por si própria e não através de cânones de épocas anteriores”<sup>4</sup>.

Dentro desta linha argumentativa, ele procura contrapor a idéia defendida, entre outros, por Jacob Burckhardt, de que a arte e a cultura do período até então conhecido como Baixo Império, remontaria a uma dissolução definitiva do sistema estrutural que Roma herdara dos gregos. Neste sentido defende uma reavaliação deste período, uma vez que “[...] a denominação Antigüidade Tardia encontra razão para estabelecer-se, identificando um tempo de transição rico em mudanças e muito distante de um conceito de simples decadência”<sup>5</sup>.

Esta nova concepção que baseia o conceito da Antigüidade Tardia, segundo Henri-Irénée Marrou, seria resultado dos progressos da investigação histórica no século XX e também “[...] dependente das transformações operadas no plano da experiência estética e na sensibilidade contemporânea, entre o fim do expressionismo e o aparecimento da arte abstrata [...]”<sup>6</sup>.

Todavia, a denominação “Tardia” pode, implicitamente, configurar-se em uma descaracterização deste período em relação à Antigüidade. O Império Romano encontrou sérios obstáculos referentes à sua manutenção, desde fatores internos, como instabilidade política (“anarquia militar”) e econômica (estagnação do modo de produção escravo), e no contexto externo, pressões nas fronteiras.

Configurou-se, portanto, a necessidade de uma reestruturação política e ideológica das bases imperiais como uma tentativa de sustentar a autoridade e a

---

<sup>4</sup> MARROU, Henri-Irénée. *Decadência Romana ou Antigüidade Tardia*. Lisboa: Editorial Áster. 1979. P. 15.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, W. F. “A Antigüidade Tardia” São Paulo: Editora Ática, 1990.. P. 06.

<sup>6</sup> Opus citarum, p. 14.



manutenção do Império Romano. Cabe ressaltar que a crescente dominação romana (*imperium*) só havia tornado realidade a partir de alianças ocorridas entre a aristocracia senatorial romana e as elites locais e regionais. Estas alianças fundamentadas pela *ciuitas* sinalizavam a participação destas elites locais no universo romano de fato.

Contudo, Renan Frighetto<sup>7</sup> enfatiza que a partir do século II, devido a tensões tanto de caráter interno como externo, a *ciuitas* começou a reduzir paulatinamente sua importância em termos políticos e institucionais. Este fato acabou enfraquecendo as instituições municipais, que deixaram de impulsionar as carreiras públicas, e tornaram-se pouco interessantes aos membros das aristocracias locais e regionais. Desta forma, os poderes regionais começaram a aparecer como concorrentes do poder imperial central, que não mais respondia as necessidades deste setor.

Neste contexto, configurou-se, portanto, uma nova realidade política, econômica e social do período, porém, como todo momento de transição, esta realidade não surgiu de maneira inexplicável e de algo insólito. Foi decorrente de uma adaptação da estrutura imperial clássica às pressões e influências externas e internas, como uma alternativa para estagnar as tensões que o império sofria. Estas adaptações não se restringiam aos âmbitos da administração e economia, como abordado por diversos autores, elas afetariam a sociedade como um todo, principalmente no que condiz à ideologia dominante da época.

Renan Frighetto<sup>8</sup> irá contrapor a ideia de ruptura deste período (séculos III ao VIII) com a Antigüidade Clássica, afirmando, por exemplo, a permanência de ideias e virtudes relacionadas ao Imperador, e demonstra a possibilidade de adotar o conceito de “Antigüidade Tardia” ao analisar aspectos vinculados ao binômio política e poder.

Esta conexão dar-se-ia através da força da tradição que legitimava os detentores do poder político no campo ideológico. A associação entre o poder imperial e símbolos do âmbito sagrado era uma realidade desde o período alto imperial, principalmente pela influência helênica, todavia esta prática foi

---

<sup>7</sup> FRIGHETTO, R. Estruturas sociais na Antigüidade Tardia Ocidental (séculos IV/VIII). In *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Maud Editora e EDUFES, 2006. P. 226.

<sup>8</sup> FRIGHETTO, R. Política e poder na Antigüidade Tardia: uma abordagem possível. In: *História Revista* – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, v.11. n. 1, p. 161-173, jan./jun. 2006. P. 161-173.

potencializada no século IV através da busca de justificações ideológicas de um poder imperial que buscava consolidar um sistema monárquico centralizado.

O orador do panegírico de 310 “Panegirico de Constantino” aborda a ligação da legitimidade do poder através do sagrado e o resgate da tradição quando discorre a respeito da ascensão de Constantino ao poder imperial:

Tú no entraste en este sagrado palacio como un candidato al imperio, sino como un emperador designado e inmediatamente los lares paternos vieron en ti el legitimo sucesor. Estaba fuera de duda que la herencia debía corresponder al primer hijo que los hados habían otorgado al imperador.<sup>9</sup>

Neste sentido, torna-se inviável desconsiderar as permanências deste período em relação à Antiguidade, porém faz-se necessário enfatizar que a Antiguidade Tardia conduz a uma nova realidade.

Buscou-se uma continuidade do *imperium*, que só foi possível a partir de uma ampla reestruturação da organização imperial, de modo que, ao mesmo tempo em que buscava-se a legitimação através da tradição com uma preocupação na centralização do poder, o Império paulatinamente caminhou para uma regionalização deste poder, se considerarmos a concorrência das elites regionais provincianas com o poder imperial central, que aos poucos viu-se obrigado a ceder a estas pressões, possibilitando o aparecimento de soberanos oriundos destas regiões.

Muitas das cidades conquistadas que faziam parte do Império Romano haviam conservado uma autonomia muito ampla nas questões locais em um primeiro momento. Esta autonomia, no decorrer do tempo, permitiu um desenvolvimento de grande parte destas cidades tal qual a imagem de Roma, reproduzindo suas instituições, seus monumentos, ou seja:

De esta suerte, las provincias llegaron a componerse, poco a poco de un mosaico de *municipios*, que constituían sus células políticas. Cada uno de ellos tenia por núcleo una ciudad, que era su centro

---

<sup>9</sup> An., Paneg. 310 (IV, 1) In: LLORENTE, Victor-José H. (trad.) *Biografos y panegiristas latinos*. Madri. Tolf, Lege. Aguilar, 1969. P. 1219.

administrativo; ésta se hallaba rodeada por un território bastante extenso a ela sometido.<sup>10</sup>

Percebe-se então que a própria questão da romanização permitiu que a elite, ou seja, a aristocracia destas regiões provincianas, se desenvolvesse nos mesmos moldes que a aristocracia senatorial romana, e neste sentido, a inserção das mesmas na política imperial era uma questão de tempo.

Outro fator que foi produto deste ambiente de transformações, permanências e rupturas do poderio romano em relação à antiguidade clássica, foi a tão polêmica crise do século III que fundamentou as mudanças do governo imperial com Diocleciano e Constantino.

Gonzalo Bravo<sup>11</sup> coloca que a dinâmica política deste período introduz um novo elemento nos esquemas de governo imperial, o poderio militar. Identificado como período da “Anarquia Militar” este momento seria o ponto onde, segundo Ana Teresa M. Gonçalves<sup>12</sup>, se externam as forças das legiões na imposição de imperadores e a utilização de princípios advindos de uma crescente influência oriental.

Desde o período final da fase republicana, constataram-se algumas mudanças dentro desta questão militar. Os legionários, que impulsionavam grande parte da economia imperial (uma vez que as guerras eram os principais meios para a obtenção de escravos, sendo os mesmos a base economia romana), não tinham ganhos satisfatórios: recebiam pagamento ilusório e poderiam ser demitidos bruscamente sem qualquer tipo de indenização, fora os atritos com a aristocracia, que não tinha o interesse em dividir as riquezas geradas pela expansão.

O resultado foi criar-se uma tendência dentro dos exércitos republicanos posteriores a um desvio da lealdade militar para fora do Estado, que era canalizada para os generais vitoriosos, que podiam

<sup>10</sup> GRIMAL, Pierre. *Las ciudades romanas*. Barcelona: Vergara Editorial, 1956. Pág. 12-13.

<sup>11</sup> BRAVO, G. *El ritual de la <<proskynesis>> y su significado político y religioso en la Roma imperial* (con especial referencia a la Tetrarquia). In: *Gerión: Revista del Departamento de Historia Antigua/Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense*. Madrid, n. 15, p. 177-191, 1997. P. 190.

<sup>12</sup> GONÇALVES, A. T. M. A legitimação do poder imperial e os problemas sucessórios nos brevíários de História Romana produzidos no IV século d.C. In: *História Revista – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*. Goiânia, v.11. n. 1, p. 01-15, jan./jun. 2006. P. 5.

garantir as pilhagens de seus soldados ou os donativos por seu poder pessoal.<sup>13</sup>

Nesta perspectiva, o vínculo entre legionário e comandante cresceu, sobretudo, depois de Mário e Sila no século I a.C, quando os soldados buscavam em seus generais uma reabilitação econômica e os generais, em contrapartida, apoiavam-se em seus soldados para algum avanço político.

Arther Ferrill destaca que a dinastia dos Severos (193-235) pecou ao “permitir aos militares um papel por demais proeminente na vida pública romana”<sup>14</sup>, e o assassinato de Severo Alexandre por Maximino (um de seus generais) acabou inaugurando a tão fragilizada fase da “Anarquia Militar”.

Ainda dentro desta questão militar, também observamos a crescente influência política das províncias no poder imperial. Como este meio destacou-se como uma das formas de progressão social, o número de provincianos (e até mesmo bárbaros aliados) aumentou dentro das legiões. Logo, o advento do poder imperial passou com regularidade aos generais proveniente de regiões fora da península Itálica.

Para Perry Anderson, “A razão mais óbvia para a ascensão destes governantes da Panônia ou da Ilíria foi o papel das províncias do Danúbio e as Balcânicas no fornecimento de recrutas para o exército”<sup>15</sup>. Nesta mesma linha argumentativa, podemos destacar o estudo de E. Barker, que ao abordar o desenvolvimento de uma cidadania imperial comum, destaca o importante papel desempenhado pelo exército, que acabaria conduzindo a uma nova formação do corpo cívico, incluindo os provincianos:

[...] o serviço militar conferia a cidadania romana; e como as tropas eram recrutadas principalmente nas províncias, abriu-se uma grande perspectiva para a emancipação dos provincianos.<sup>16</sup>

<sup>13</sup> ANDERSON, P. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007. P. 65.

<sup>14</sup> FERRILL, Arther. *A queda do Império Romano: a explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. P. 17.

<sup>15</sup> ANDERSON, P. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007. P. 85.

<sup>16</sup> BARKER, E. O conceito de Império. In: BAILEY, Cyril (org.). *O legado de Roma*. Rio de Janeiro: Imago editora, 1992. P. 82.

O orador do panegírico do ano de 310 “Panegirico de Constantino”, ao longo do seu discurso, demonstra a força que o exército tinha dentro da política imperial ao fazer referência ao seu papel tanto na defesa territorial, na aclamação dos imperadores (no caso Constantino) e na participação em disputas, como a travada entre Maximiano e Constantino, mesmo que esta abordagem seja “camuflada” pelo ideal de lealdade/fidelidade, o que de certa forma induziria a uma relativização do papel das tropas enquanto grupo participante das disputas pelo poder.

Percebemos a partir daí, um processo mais sólido do deslocamento do eixo do poder imperial, distanciando-se do eixo tradicional de Roma e da aristocracia senatorial romana, seguido, portanto, de uma série de usurpações deste poder por parte dos generais das tropas. Estas usurpações só obtiveram êxito devido a já abordada fragilidade do Império neste momento, que além de sofrer com uma crise econômica e política, sofria fortes pressões nas suas fronteiras.

Inúmeros imperadores ascenderam ao poder no período que vai dos anos de 235 a 284 (ano do advento de Diocleciano à púrpura imperial), e o que possibilitou a caracterização sob a nomenclatura “Anarquia Militar” foram alguns fatos comuns, como:

[...] [os imperadores] a) eram aclamados pelos legionários estacionados nas fronteiras, na procura de bons generais capazes de rechaçar as invasões e proteger os limites do Império; b) ficaram pouco tempo no governo; c) acabaram morrendo pelas mãos dos invasores ou revoltas dentro das tropas insatisfeitas com suas estratégias de combate; d) raramente conseguiam indicar seus sucessores; e) dificilmente tinham tempo de imputar uma característica própria ao seu governo, que não fosse a necessidade de defender as fronteiras.<sup>17</sup>

Neste período de quase cinquenta anos, o Império Romano assistiu a ascensão de cerca de 20 imperadores e inúmeros aspirantes à púrpura imperial, onde a maioria eram generais que haviam ascendido através das tropas. Destes, somente Cláudio morreu de causas naturais, e a respeito de Tácito ainda existe a controvérsia, se adoeceu e faleceu, ou se sofreu alguma conspiração por parte de alguns chefes militares.

---

<sup>17</sup> GONÇALVES, A. T. M. Os Severos e a Anarquia Militar. In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Maud Editora e EDUFES, 2006. P. 185-186.

Seria neste contexto da Anarquia Militar e no período imediatamente posterior à mesma, que percebe-se de forma clara as principais mudanças que caracterizaram a Antigüidade Tardia. As seguidas usurpações acabaram por abalar a autoridade do cargo imperial, o que acarretou em uma transformação na forma de se conceber teoricamente o poder, afastando-se cada vez mais da tradição republicana e do principado de Augusto, onde o poder não mais se fundamentaria numa estreita relação entre o imperador, as instituições militares e a aristocracia senatorial.

Aliás, o próprio Principado já simbolizava um processo de absorção gradativa do poder efetivo pelo *princeps*, onde esta aparente diarquia entre Senado e *princeps*, entre princípio republicano e governo de um imperador, foram dissolvidas ao longo do século III e IV. Cabe destacar aqui que o Senado até então havia representado o papel de regulamentador da política do Estado buscando afastar seu funcionamento de uma administração de caráter pessoal e monárquica.

Percebe-se neste sentido, em concordância com Gonzalo Bravo<sup>18</sup>, que a transição para o *Dominio* foi um processo de lenta evolução, que remonta a esta política do Principado, tendo em vista que nestes dois modelos são perceptíveis tendências autocráticas similares com um poder pessoal cada vez mais presente.

Para a aristocracia senatorial, a nomeação pelo imperador de seu sucessor através da indicação do melhor homem, o mais virtuoso e apto a governar, simbolizava que o comando do império ainda estava sobre seu controle, ao contrário das dinastias hereditárias, que restringiriam este poder ao âmbito de uma só família.

Contudo, neste contexto onde as antigas magistraturas não mais representavam um meio de ascensão e participação política das elites locais, e esta relação com o poder central passou a ser garantida principalmente pelo controle no exército (que havia se tornado o meio mais eficaz na nomeação dos imperadores), a busca pela continuidade desta participação no poder conduziu a esta reorganização das bases imperiais, o que acabou aproximando cada vez mais a política imperial ao modelo do monarca helenístico.

Porém, em termos de fundamentação teórica do poder, a produção intelectual procurou não estabelecer uma ruptura drástica com as instituições tradicionais

---

<sup>18</sup> BRAVO, G. *El ritual de la <<proskynesis>> y su significado político y religioso en la Roma imperial* (con especial referencia a la Tetrarquía). In: *Gerión: Revista del Departamento de Historia Antigua/Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense*. Madrid, n. 15, p. 177-191, 1997. P. 187-188.

senatoriais. Este tipo de formulação pode ser percebido no texto do panegírico do ano de 310, que mesmo construindo a legitimação de Constantino baseada em uma linhagem familiar e de direito divino, procurou inserir em sua argumentação elementos comuns da prática da *adoptio*, que simbolizaria a aparente continuidade da participação deste setor na política imperial. Neste sentido, ao abordar questões sobre a reputação e valentia de Constantino no capítulo XI, o orador defende a idéia de que este personagem seria o mais competente e apto para conduzir o império.

Entretanto, a proximidade com as monarquias orientais, conduziu o *Dominato* não só a uma teorização do poder imperial amparada na sacralização, na concepção de poder descendente e em um imperador pela graça divina. Paulatinamente constatou-se a instauração de um novo padrão de organização sócio-política, a partir da superação do escravismo (que não era o fundamento da economia nas províncias orientais) e também de reformas na máquina pública, no sentido de perpetuar a unidade imperial.

Neste sentido, Gilvan Ventura da Silva e Norma Musco Mendes entendem o *Dominato* como:

[...] uma entidade política fundada numa dinâmica particular de interação entre o Estado e a sociedade que se desenvolveu como uma estratégia reguladora diante de uma grave situação de instabilidade política com a finalidade de gerir as pressões externas e dissensões internas.<sup>19</sup>

A restauração imperial proposta pelo *Dominato*, procurou conduzir, de forma mais consistente a partir das mudanças empreendidas por Diocleciano e da consolidação das mesmas com Constantino, a incorporação de novos símbolos de poder, que fundamentariam a política imperial rumo a mais extrema forma de governo militar e centralizado sob as bases da monarquia de tipo oriental, fato perceptível através da incorporação do ritual cerimonial, influenciado pelo modelo do Grande Rei da monarquia sassânida, a exemplo da *proskynésis*<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Maud Editora e EDUFES, 2006. P. 197.

<sup>20</sup> TAVEIRA, C. *O modelo político da autocracia Bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. 405 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002. P. 47.

Gonzalo Bravo<sup>21</sup> argumenta que é freqüente na historiografia a associação da prática deste ritual com a ascensão do *Dominato* e o governo de Diocleciano, mas que, se considerarmos todo o processo evolutivo da concentração gradativa de poder nas mãos do *princeps* ou *imperator*, elementos desta prática podem remontar até o período Republicano, uma vez que a busca pela unidade imperial necessitava de um princípio de coesão entre os habitantes, onde a solução encontrada centrava-se na divinização do regente.

Prosseguindo então seu estudo, Gonzalo Bravo destaca que antes da conquista do oriente por Alexandre, este rito era concebido somente como forma de culto aos deuses, porém já existiam indicações em Heródoto, no século V a.C., sobre o costume de realizar a *proskynésis* entre os persas na presença de seus reis.

Entretanto, este ritual somente participou da definição do culto imperial romano após sofrer transformações em sua natureza, que o conduziu a uma função política implícita na sua prática. Seria este ritual modificado que remontaria o período baixo imperial, e que havia sido documentado por Lactâncio em sua célebre obra “Sobre la muerte de los perseguidores”<sup>22</sup>, no capítulo 21, itens 2 e 3.

Neste sentido, o ritual da *proskynésis* foi incorporado, em especial na política tetrárquica de Diocleciano, como parte deste processo de mudanças políticas, ideológicas e sociais que viriam a fundamentar o complexo cerimonial de corte monárquica, característico na maioria dos imperadores romanos do *Dominato*.

As influências destas monarquias já eram comuns na parte oriental do Império, e possibilitaram o reforço das prerrogativas imperiais romanas através da reivindicação de uma natureza religiosa e transcendente baseada, mesmo dentro de uma tradição pagã, em um monoteísmo, possivelmente influenciado pelo culto solar, também de origem persa.

Tem-se destaque então o culto a *Mitra*, que no zoroastrismo persa, era o Deus da luz, Deus supremo, ou seja, o próprio Sol, vivificante e conquistador do Universo.

---

<sup>21</sup> BRAVO, G. *El ritual de la <<proskynesis>> y su significado político y religioso en la Roma imperial* (con especial referencia a la Tetrarquía). In: *Gerión: Revista del Departamento de Historia Antigua/Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense*. Madrid, n. 15, p. 177-191, 1997. *Passim*.

<sup>22</sup> LACTANCIO. *Sobre la muerte de los perseguidores*. Madrid: Editorial Gredos, 2000. P. 125-126.



Como uma fusão de elementos persas e helênicos, a religião mitraica alcançou grande popularidade, em especial no exército romano, conquistando a fervorosa lealdade de milhões. A difusão do mitraísmo por todo o Império Romano foi anterior ao século III; mas a ascensão da dinastia sassânida, defensora ardorosa do zoroastrismo puro, e os domínios do exército romano, com o seu culto de Mitra, na política confusa daquele século, podem ter contribuído para a importância fundamental que agora assume a adoração ao Sol”<sup>23</sup>

Desta forma, Celso Taveira<sup>24</sup> ressalta que do ponto de vista pagão, processava-se há muito tempo, uma transformação da tradição religiosa estabelecida também no culto aos ancestrais, que seria freqüentemente explicada pela incapacidade da antiga religião em atender as demandas espirituais e políticas do Baixo Império.

Tudo indica, portanto, que neste momento da história do Império Romano, presenciou-se uma redefinição dos parâmetros da relação do homem com o sagrado, onde a definição do poder do imperador passou a ter um caráter eminentemente religioso. Como mais um dos elementos utilizados nesta reestruturação teórica acerca da concepção de poder, os intelectuais da antigüidade ampararam-se então no significado da *Basiléia*.

A origem da *Basiléia* remete ao mundo grego, e tinha em sua teorização a preocupação em desenvolver uma clara distinção entre a realeza e a tirania, considerando neste sentido, a *Basiléia* como a melhor *Politéia*<sup>25</sup>. A partir deste pressuposto, concebia-se a *Basiléia* como uma melhor forma de vida política, onde os mais capacitados detinham a autoridade de governar.

No conturbado contexto de transformações dos séculos III e IV principalmente, que viriam a consolidar o *Dominato*, averiguou-se a fusão das influências vindas destas monarquias orientais de natureza religiosa com as concepções da *Basiléia*, que passou a ser simbolizada por uma íntima síntese entre o sagrado e o profano, onde os imperadores eram considerados heróis enviados por deus(es), com a função de restabelecer a ordem.

<sup>23</sup> BARKER, E. O conceito de Império. In: BAILEY, Cyril (org.). *O legado de Roma*. Rio de Janeiro: Imago editora, 1992. P. 89.

<sup>24</sup> TAVEIRA, C. *O modelo político da autocracia Bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. 405 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002. P. 138.

<sup>25</sup> HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El intelectual, la realeza y el poder político em el Império Romano*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995. P. 29.

[...] o que se afirma desde então é a tendência à divinização do imperador antes mesmo de sua morte, fenômeno simultâneo ao movimento de redefinição das fronteiras entre o sagrado e o profano que já vinha se processando dentro do Império.<sup>26</sup>

Conseqüentemente, no ideal da *Basiléia*, seria necessário o reconhecimento desta natureza superior do imperador. Mesmo o exército continuando a ser o principal meio de ascensão ao poder imperial, procurava-se argumentar que a autoridade do soberano para governar derivaria de uma “concessão” das divindades. Esta síntese pode ser considerada como uma importante mudança político-ideológica da concepção do poder imperial, que diferentemente do sentido tradicional, onde esta divinização era atribuída e reconhecida pelo Senado, o poder passa a ser designado diretamente por um deus, que seria identificado pela devoção e adoção de seu nome pelo imperador.

Esta questão pode ser observada nos discursos panegirísticos do final do século III e início de IV. Os oradores procuraram ao longo dos discursos sempre relacionar os imperadores louvados ao sobre-humano. No discurso do ano de 307 “Panegirico en honor de Maximiano y Constantino”, é apontada ligação direta de Maximiano e Constantino com Hércules, já na obra de 310 “Panegirico de Constantino”, percebemos uma freqüente referência à divindade de Constantino em diversos pontos, sendo que na parte final da obra, o orador deste panegírico, ao solicitar uma visita do imperador a sua pátria, aborda longamente a devoção de Constantino a Apolo e o lugar privilegiado que este deus havia conquistado nas práticas ritualísticas imperiais.

Com a transmutação da natureza dos imperadores, nivelados no mesmo patamar que as divindades, a assistência deferida por este ordenamento divino e sua verificação estava relacionada às práticas das virtudes demonstradas pelos soberanos, “[...] as quais garantiriam a reprodução sobre a terra da ordem divina”<sup>27</sup>.

A associação do soberano ao *basileus* operou-se então principalmente na linguagem de documentos de ordem pública e privada no século IV ao VI, conforme

<sup>26</sup> SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Maud Editora e EDUFES, 2006. P. 201

<sup>27</sup> *Idem*.

atestado por Celso Taveira<sup>28</sup> em seu estudo sobre a questão da titularia, a qual foi considerada como um importante veículo de propaganda e instrumento ideológico.

Esta associação também havia sido trabalhada por Edward Gibbon<sup>29</sup>, que procurou demonstrar que desde os períodos mais recuados da história, os soberanos da Ásia haviam sido exaltados no idioma grego pelo título de *basileus* ou rei, e como este termo acabou caracterizando uma distinção entre os homens, não tardou a ser empregado pelos provincianos do oriente em suas investidas ao trono romano.

Neste sentido, cada vez mais o imperador passou a ser revestido de atributos de salvador e restaurador, sendo considerado um modelo de virtude para seus súditos, onde tudo o que lhe dizia respeito elevou-se também ao âmbito do sagrado. Todavia, a concepção mística da *Basiléia* chegará efetivamente ao seu apogeu somente no governo de Constancio II, herdeiro de Constantino, embora a divinização do imperador já esteja bem consolidada nas teorizações sobre o poder desde a Tetrarquia.

## **1.2. Diocleciano e a Tetrarquia: a busca pela estabilidade:**

Uma das principais carências no que concerne a organização do poder imperial consistia na falta de uma política sucessória eficiente. A ausência da mesma contribuiu para a desestabilização política no século III, levadas ao extremo com a série de usurpações da Anarquia Militar e com as crises econômicas e sociais. A chegada de Diocleciano ao poder em 284 simboliza o alavanco de uma série de transformações político-administrativas e sociais seguindo este intuito da reorganização do Império dentro deste contexto particular da Antigüidade Tardia.

---

<sup>28</sup> TAVEIRA, C. *O modelo político da autocracia Bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. 405 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002. Pág. 60-66.

<sup>29</sup> GIBBON, E. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005. Pág. 187

[...] El cambio político e ideológico de la Tetrarquía no fue ninguna improvisación motivada por las circunstancias [...] sino la culminación de un largo proceso de ensayos y tentativas fallidas.<sup>30</sup>

Diocleciano chegou ao poder em um momento onde as pressões nas fronteiras imperiais já haviam sido amenizadas, graças, principalmente, as campanhas empreendidas por Aureliano (270-275, que repeliu a invasão da península Itálica por parte dos alamanos e restabeleceu o controle romano sobre as Gálias), Probo (276-282, que afastou os invasores germanos das margens do Reno), e Caro (282-283, que realizou importante reforma militar destinada a conter as investidas da Pérsia sassânida no oriente).

Neste sentido, ele encontrava-se em uma situação bastante propícia para o empreendimento de reformas de princípios autocráticos, que não só se restringiria a esta concepção do poder imperial deificado, através da regulamentação da simbologia dos cerimoniais e rituais, mas também atuariam no âmbito de aspectos efetivos do Estado, concernentes a administração, fiscalização e questão militar, o que acabou propiciando um maior controle do Estado sobre a vida pública.

Ambas vertientes de gobierno afectaban a esferas del poder distintas, pero complementarias, porque la eficacia del poder imperial radicaba de hecho en fundamentar la justificación ideológica del poder en bases reales y, en última instancia, sociales.<sup>31</sup>

Ao eliminar o “último usurpador” remanescente da Anarquia Militar (Carino), Diocleciano tornou-se o único titular da autoridade pública, o que o deixou em uma posição bastante confortável para o empreendimento destas reformas necessárias a manutenção da política imperial.

Uma das mais importantes alterações administrativas consistiu na criação da Tetrarquia, que buscava afastar alguns dos problemas que haviam alimentado a referida crise do século III, destacando-se a intensa e forte participação das legiões

---

<sup>30</sup> BRAVO, G. *El ritual de la <<proskynesis>> y su significado político y religioso en la Roma imperial* (con especial referencia a la Tetrarquía). In: *Gerión: Revista del Departamento de Historia Antigua/Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense*. Madrid, n. 15, p. 177-191, 1997. P. 189.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 190.

situadas nas fronteiras na escolha dos imperadores, e o pequeno período de governo de cada soberano, fatos que eram atribuídos em um primeiro momento à ausência de uma política sucessória consistente.

Neste sentido, ele procurou otimizar a administração e defesa do amplo território sobre o controle imperial, através da divisão do mesmo entre dois ou mais titulares. Em 286 concedeu a Maximiano o título de *césar*, encarregando-o de reprimir os rebeldes bagaudas. Uma vez que Maximiano saiu bem sucedido nesta campanha, Diocleciano decidiu investi-lo com o título de *augusto*, antes que esta vitória pudesse representar a continuidade das usurpações.

Todavia, Diocleciano percebeu que a ameaça nas fronteiras do Império, mesmo que em um grau inferior do que no auge da Anarquia Militar, continuava a exigir nas diversas localidades a presença de um grande exército e do soberano, ou seja, do imperador. Este fato simbolizava que por mais que as teorias de poder primassem pela questão do poder descendente, a força militar continuava a ser essencial e indispensável.

Desta forma, Diocleciano mais uma vez reorganizou as estruturas de poder, consolidando a Tetrarquia em 293, fundamentada na divisão dos encargos imperiais entre dois *augustos* e dois *césares*:

A cada um desses membros foi confiada uma parcela do território romano para defesa e administração, de maneira que, enquanto vigorou a Tetrarquia, o poder encontrava-se repartido entre quatro titulares, cada um com uma capital própria [...].<sup>32</sup>

Assim sendo, Diocleciano proclamou como seu *césar* imediato Galério e Maximiano elevou ao cesarato Constâncio Cloro. De acordo com Edward Gibbon<sup>33</sup>, ficou confiada a Constâncio Cloro a defesa de Gália, da Hispânia e da Britânia. Galério estava postado às margens do Danúbio, para a proteção das províncias da Ilíria. A Itália e a África foram confiadas a Maximiano, e Diocleciano se responsabilizou pela Trácia, Egito e Ásia.

<sup>32</sup> SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Maud Editora e EDUFES, 2006. P. 199.

<sup>33</sup> GIBBON, E. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005. P. 172

Esta política de colégio imperial da Tetrarquia simbolizava uma aparente concórdia e unidade, que na prática não se concretizava, uma vez que o funcionamento desta organização política estava condicionado ao grau de fidelidade de cada *césar* ao seu *augusto*, e da primazia no colégio imperial por parte do *augusto senior*, no caso Diocleciano, fato que demonstrava que a hierarquização social também atingia os representantes divinos do poder imperial.

Mas, objetivando reforçar ainda mais estes laços de fidelidade para garantir o funcionamento do sistema, Galério casou-se com Valéria, filha de Diocleciano, e Constâncio Cloro repudiou sua primeira esposa (Helena, mãe de Constantino) para casar-se com Teodora, filha de Maximiano.

Cada um dos quatro imperadores possuía, portanto, igual competência militar, política, legislativa e administrativa, embora a hierarquização deste modelo político fosse bem demarcada no sentido de fornecer um amparo a uma política de sucessão que objetivava o fim das usurpações. Desta forma, em caso de morte, ou decorridos vinte anos de governo, os *césares* assumiriam a posição de *augustos*, nomeando novos *césares* como seus sucessores.

Além desta hierarquização fixada, dentre outros fatores, pela antigüidade no cargo e fidelidade através de vínculos familiares de adoção e casamento, a Tetrarquia amparava-se também na mudança político-ideológica da afirmação do caráter divino do poder imperial. Diocleciano procurou de início associar sua imagem a Júpiter, sob a afirmação de que havia triunfado da “desordem” do mesmo modo que este deus havia derrotado os Titãs e restabelecido a ordem.

A filiação mítico-religiosa da Tetrarquia consagrava a superioridade da *auctoritas* do Augusto *sênior* sobre seus colegas [...]. Ao intitular-se *Iovius*, Diocleciano passava a representar a sagacidade, o domínio e a soberania. Maximiano, como *Herculius*, representava a força e a execução. Já os Césares eram considerados *filli Augustorum*. Os Augustos, portanto, se encontravam em um patamar mais elevado, encarregados de traçar a política imperial a ser executada pelos Césares.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Maud Editora e EDUFES, 2006. P. 199-200.

Entretanto, esta forma de organização tetrárquica obteve sucesso e garantiu a estabilidade política somente até o ano de 305. Neste momento, Diocleciano renunciou a posição de *augusto*, uma vez que já havia decorrido vinte anos de seu governo. Os laços de fidelidade conduziram também a renúncia de Maximiano. Porém, estes mesmos princípios de sucessão, que primavam pela adoção política e casamento, relegavam um segundo plano para a hereditariedade, desmascarando assim, uma de suas fragilidades.

Receberam o título de *augusto* Galério e Constâncio Cloro, e a principal divergência surgiu em decorrência da nomeação dos novos *césares*. Galério nomeou como seu auxiliar imediato Maximino Daia, contudo, na posição hierárquica de mais alto grau, a de *augusto senior*, impôs a nomeação de Severo como *césar* sob Constâncio Cloro. Em decorrência destes fatores, Maxêncio e Constantino (filhos de Maximiano e Constâncio Cloro respectivamente) requisitaram sua participação no colégio imperial baseados pelo princípio da hereditariedade.

El sistema tetrárquico estaba basado en dos principios: la jerarquía, fijada fundamentalmente por la antigüedad en el cargo, y la cooptación consistente en que los *césares* participan en el poder y recogen la herencia de los *augustos*. Un tercer elemento basado en los vínculos familiares reforzaba, en principio este sistema. El resultado final fueron una serie de contradicciones que acabaron con el sistema político de Diocleciano. La principal contradicción política consistió en que no se tuvo en cuenta a los herederos agnáticos, Constantino y Maxencio, mientras que se fijaba la filiación adoptiva. A partir de aquí una serie de situaciones coyunturales van a mostrar la debilidad de dicho sistema político.<sup>35</sup>

Com a morte de seu pai em 306, Constantino reclamou para si o poder imperial, sendo aclamado *augusto* por suas tropas na Gália, resgatando, portanto, a força do poderio militar como eficaz instrumento de ascensão ao poder e rompendo, neste sentido, com a política e estabilidade da Tetrarquia, uma vez que sua aclamação permitiu o reaparecimento das disputas em torno do poder imperial.

A ascensão de Constantino ao poder imperial será abordada de forma ampla no início do capítulo 3, entretanto, percebemos que ela faz parte deste amplo

---

<sup>35</sup> GERVÁS, Manuel J. Rodríguez. *Propaganda Política y Opinión Pública en los panegíricos latinos del bajo imperio*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991. P. 34.

movimento que objetiva consolidar a política do *Dominato*, e neste sentido, diversos artifícios foram utilizados pelos detentores deste poder para se legitimarem nesta posição.

Grande ênfase foi dada neste momento à questão da comunicação e propaganda imperial, e, como abordado na introdução, não só Constantino, como diversos outros personagens que chegaram ao poder, utilizam-se amplamente deste instrumento como forma de promoção. Neste sentido, a produção panegirística foi valorizada, principalmente após o governo de Diocleciano, como veremos a seguir.



## **CAPÍTULO 02: O discurso panegirístico:**

Antes de aprofundar a abordagem sobre a ascensão do imperador Constantino ao poder imperial, acreditamos ser necessário uma discussão sobre a importância do discurso panegirístico como fonte para a compreensão de seu processo de legitimação.

Como veremos no decorrer do capítulo, Constantino foi objeto de diversos discursos deste gênero, o que tornou possível uma compreensão do caminho percorrido durante os anos em que esteve na frente do Império Romano, possibilitando relacionar estes discursos e sua ampla utilização, com o processo de legitimação das mudanças estruturais na organização do governo imperial sofridas durante o século IV.

### **2.1 O discurso panegirístico e a Antigüidade Tardia**

Norma Musco Mendes<sup>36</sup> afirma que a diversidade de comportamento e conhecimento demonstra a existência na sociedade de uma série de discursos de naturezas diferentes, tais como: textos de diversos gêneros, esculturas, estátuas, esquemas variados de composição arquitetônica, imagens, ou seja, uma variedade de objetos de uso cotidiano que permitem ao historiador levantar problemas em relação aos valores, as práticas, as tensões e aos conflitos sociais.

Neste contexto de transformação geral da sociedade romana do período tardo-antigo, presenciamos algumas permanências em relação à cultura clássica, principalmente no que diz respeito à produção dos retóricos. As crescentes necessidades burocráticas do Estado romano, associadas à paulatina perda de influência do Senado e demais magistraturas teve repercussões na política educativa.

---

<sup>36</sup> MENDES, N. M. As relações políticas entre o Princeps e o Populus Romanum através do “transcrito público”. In: *Hélade*, vol. 2, n. 1, p. 39-49, 2001. P. 39.

Um dos gêneros estilísticos que se sobressaiu e auxiliou na fundamentação deste período foram textos discursivos com uma característica laudatória particular, conhecidos como panegíricos. Este gênero foi extremamente recorrente dentre as diversas produções escritas, tanto no mundo grego quanto no Império Romano. Diversos estudiosos procuraram, desta maneira, ressaltar estas composições como importantes fontes de análise histórica, transpondo os limites da literatura e estética tal qual a compreendemos atualmente.

Neste sentido, podemos considerar as observações de Margarida M. de Carvalho<sup>37</sup>, que procura abordar que independente do tipo de discurso e da época de sua elaboração, eles podem mascarar interesses políticos e culturais. A autora segue afirmando ainda, que os discursos referentes aos imperadores são verdadeiros arrazoados políticos por fazerem referência às atitudes políticas, filosóficas e religiosas destes personagens.

Desta forma, procuramos considerar que este tipo de produção literária, que fundamentava a comunicação e propaganda imperial, pode ser apresentada como um instrumento ativo de poder, ao invés de simplesmente refletir uma dada realidade política e social.

Constatou-se neste sentido, a ampla utilização dos panegíricos como instrumentos de construção e consolidação do novo modelo político-ideológico que configurava-se neste período dos primeiros séculos da era cristã, atuando incisivamente como meio de propaganda imperial, onde eram enfatizados tanto personagens, quanto localidades, que haviam se destacado devido sua respectiva importância administrativa, econômica e política durante o Império Romano.

Porém, não podemos restringir este gênero discursivo à Antiguidade Tardia: os panegíricos eram discursos comuns no âmbito da antiguidade como um todo. O nome pelo qual são chamados pertence à linguagem da retórica grega, sendo designado originalmente como um habitual complemento das assembléias solenes, fundamentado pela oratória e retórica.

No mundo romano, a “teoria da arte de falar”, ou seja, retórica e oratória, também eram utilizadas de forma ampla pelos intelectuais, e enriqueceram-se com as influências trazidas pela helenização. Passaram rapidamente a serem

---

<sup>37</sup> CARVALHO, M. M. de. *Paidéia e retórica no séc. IV d. C.: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório de Nazianzeno*. 234 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. P. 09.

empregadas como parte de uma educação mais avançada, o que permitiu a utilização destas técnicas em muitos casos, por grupos pertencentes aos altos estratos sociais em prol da fundamentação teórica da política imperial, que no caso do nosso recorte temporal, tinha um caráter monárquico.

Com base nesta mesma linha argumentativa, Ettore Paratore discorre que “[...] a helenização da cultura foi uma tradução necessária em termos de vida espiritual, do impulso autocrático particular imprimido pelo Imperador ao funcionamento do Estado”<sup>38</sup>. Oratória e retórica exerciam desta forma, uma influência crescente sobre a literatura romana durante a época imperial<sup>39</sup>.

As técnicas empregadas neste tipo de produção fizeram da eloquência uma arte, o que possibilitou aos grupos que se mantinham no poder, enxergar seu potencial enquanto interessante e eficiente meio de comunicação imperial.

Embora seu caráter pragmático e utilitário se mantivesse sempre, a oratória pode ser considerada como um dos gêneros literários em prosa no momento em que a preocupação com a beleza formal do que se dizia, tornou o discurso em algo mais do que simples conjuntos de palavras destinadas a impressionar.<sup>40</sup>

Seguindo este florescimento da retórica como a arte de persuasão mais influente no mundo romano, Gilvan Ventura da Silva<sup>41</sup> procura argumentar que o conhecimento e domínio desta prática chegaram até mesmo a suplantam a filosofia na Antigüidade Tardia, fato comprovado pela constatação da presença de professores desta disciplina em praticamente todas as cidades do Império, de forma que alguns centros de ensino recebiam privilégios, sendo mantidos com os recursos da municipalidade ou do poder central, e seus professores muitas vezes acabavam desempenhando a função de oradores públicos oficiais.

Ao discorrer sobre a posição destes intelectuais na antigüidade, Maria José Hidalgo de la Vega<sup>42</sup> procurou ressaltar a importância que estes personagens

<sup>38</sup> PARATORE, E. *História da Literatura Latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. P. 836.

<sup>39</sup> KYTZLER, B. *Breve diccionario de autores griegos y latinos*. Madrid: Editorial Gredos, 1989. P. 434.

<sup>40</sup> CARDOZO, Z. de A. *A literatura latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. P. 140.

<sup>41</sup> SILVA, G. V. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basílica 337-361*. Vitória: Edufes, 2003. P. 146.

<sup>42</sup> HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El intelectual, la realeza y el poder político em el Império Romano*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995. P. 49-53.

alcançaram na questão da comunicação entre o Estado e os demais setores da população, tanto através da produção literária, quanto oratória, empregada tal qual abordado acima.

Para esta autora, estes “detentores do saber” sempre foram os responsáveis por preocupações acerca da problemática da justificação do poder político, elaborando e modelando as categorias ideológicas do pensamento coletivo, principalmente pelo fato de que, sendo a educação privilégio de uma elite, acabavam por fundamentar e legitimar as preocupações deste grupo ao qual pertenciam.

Dentro desta abordagem, percebemos a preocupação atual que alguns estudiosos da antigüidade tiveram em procurar estabelecer permanências e descobrir semelhanças entre os panegiristas tardo-antigos e certos autores clássicos.

Muitas vezes os panegiristas desta época são associados à Cícero devido a utilização da retórica como método de comparação das virtudes do elogiado, com os vícios do seu opositor, e também pelo fato de estabelecer uma correlação entre o personagem exaltado no discurso e os heróis (míticos ou históricos) da Antigüidade.

Percebe-se também através das obras de Cícero, que era comum no período republicano, o fato de que os consulares, ao falar diante da assembléia, fizessem elogios a seus pares, como uma das formas de exprimir seu reconhecimento<sup>43</sup>. Portanto, percebemos que os oradores do século IV, cada vez mais utilizavam deste gênero literário, fundamentado pela retórica e oratória, em discursos com viés político, em peças solenes e encomiásticas, como o caso da produção panegirística.

Autores como Cícero e Quintiliano, no período republicano e no início da fase imperial, baseavam seus estudos e aprimoravam suas técnicas persuasivas aproveitando o material retórico-filosófico grego e, assim, a herança deste discurso foi passada para outras gerações, sendo sempre admirada e adaptada a novos contextos históricos.<sup>44</sup>

<sup>43</sup> GALLETIER, E. *Panégyriques Latins*. Paris: Société d'édition “Les Belles Lettres”, 1952. Tomo I. P. VIII.

<sup>44</sup> CARVALHO, M. M. de. *Paidéia e retórica no séc. IV d. C.: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório de Nazianzeno*. 234 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. P. 25.

Foi seguindo esta linha argumentativa que Miguel Arcanjo M. de Oliveira<sup>45</sup> procurou salientar que esta característica comum de *laudatio* - preocupada em fundamentar a política imperial através da celebração da glória de cidades ou indivíduos em particular - apareceu somente a partir de 380 a.C, sendo com esta principal característica que os panegíricos se apresentaram na Antigüidade Tardia, adaptando-se a este contexto de intensas transformações, principalmente no período pós Anarquia Militar, onde a fundamentação ideológica do *Dominato* estava em um momento de construção e consolidação.

Sem dúvida, a maior parte dos panegíricos se apresentou no século IV sob a forma de elogios aos imperadores, mas a retórica e a oratória deste tipo de discurso permitiu que se extrapolassem os limites da *laudatio* em seu sentido *stricto*, atuando, deste modo, na fundamentação político-ideológica do poder.

Os panegíricos, documentos oficiais que louvam ou repudiam a figura de um imperador, não são meramente exercícios retóricos que não dizem nada; são, portanto, documentos fundamentais para se compreender o regime monárquico do século IV, pois falar do Imperador era o mesmo que falar do governo.<sup>46</sup>

É, portanto, em decorrência do grande número de discursos panegirísticos pronunciado no século IV e de seu alcance político-ideológico, que tornou-se necessário tratar neste momento, da utilização dos mesmos enquanto instrumento de legitimação utilizado pelo imperador Constantino após sua subida ao poder.

## 2.2 Um instrumento de legitimação

Ao propor o estudo das obras panegirísticas como uma das bases utilizadas pelo imperador Constantino em sua legitimação enquanto *augusto* no colégio

---

<sup>45</sup> OLIVEIRA, M. A. M. *O Império Romano e o Reino dos Céus: a construção da imagem sagrada do imperador em De Laudibus Constantini*, de Eusébio de Cesaréia. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2005. P. 20-21.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 121.

imperial, partimos da consideração de que a comunicação, conseqüentemente a linguagem e produção literária, não estejam desvinculadas das questões sociais e políticas no Império, sendo uma de suas principais preocupações adequar as teorias de poder às novas realidades que se estabeleciam no período do século IV.

Neste sentido, os discursos panegirísticos passaram, conforme a discussão do item anterior, a serem utilizados como instrumentos de promoção ideológica, uma vez que percebemos que a preocupação de seus autores, principalmente nas obras em homenagem à Constantino, era centrada na fundamentação da organização do *Dominato* e também na boa aceitação desta nova estrutura de caráter monárquico perante a sociedade imperial como um todo, que aos poucos se descaracterizava enquanto cidadão, e se aproximava cada vez mais do status de súdito.

A própria pauta retórica do século IV, segundo Margarida M. de Carvalho deveria girar em torno da aceitação ou não da figura dos imperadores, tratando-se, portanto, “[...] da elaboração de uma teoria política que justifica a monarquia e está documentada nos panegíricos”<sup>47</sup>.

A crescente influência das elites regionais e locais no Império também foi sentida neste âmbito da política educativa, uma vez que esta nova forma de organização estatal centralizada na figura do imperador facilitava, e até mesmo necessitava, a incorporação de indivíduos com certo grau de instrução e muitas das províncias tinham uma rede de instituições escolares de grande prestígio. Estabelecia-se, portanto, uma relação cada vez mais estreita entre estes “grupos educativos” e o grupo dominante da aristocracia provincial.

Embora esta questão educacional fosse um privilégio de uma pequena parcela da população, a repercussão do investimento público neste setor acabou caracterizando-o, para membros de camadas mais inferiores, enquanto uma das poucas possibilidades existentes de ascensão social, onde a tarefa de simples professor muitas vezes poderia ser substituída por uma colaboração direta com o Imperador.

---

<sup>47</sup> CARVALHO, M. M. de. *Paidéia e retórica no séc. IV d. C.: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório de Nazianzeno*. 234 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. P. 28.

A carreira atrai sempre homens humildes, alforriados ou senadores em desgraça; entretanto, mais freqüentemente que entre os mais simples gramáticos, há retóricos que chegam à fortuna, às honras, por vezes, no Baixo Império, aos mais altos cargos estatais e, com Eugênio, até mesmo ao trono.<sup>48</sup>

A participação destes professores e oradores enquanto membros influentes da política imperial era atribuída basicamente à sua eficiência enquanto profissional, contudo também apresentava-se intimamente relacionada a sua própria posição ou origem dentro da escala social. A este respeito, Manuel J. Rodrigues Gervás chama a atenção para o fato de que:

[...] el llegar a rétor o gramático oficial se determina, fundamentalmente, por las cualidades profesionales, más que por otras causas; pero conseguir una posición sócio-económica relevante viene determinado por circunstancias favorables en la carrera política, desde ser nombrado tutor de un príncipe, conspirar en favor de un pretendiente al Império o por nacimiento.<sup>49</sup>

Acreditamos que os discursos, em sua definição, podem ser entendidos como uma combinação de elementos lingüísticos, onde o respectivo autor/orador exprime através do conteúdo da obra seus pensamentos e também sua ação sobre o mundo. No caso particular dos panegíricos, em decorrência de sua função inicial de comunicação imperial, sua ampla utilização acabou atingindo todos os níveis das relações sociais, manifestando-se como um elemento favorável à consolidação da ideologia imperial.

No que envolve as questões acerca da ideologia, procuramos compreendê-la como algo que transcende o campo puro das idéias, o que nos conduz a partilhar dos pensamentos de Eliana R. de Freitas Dutra, que entende que “[...] as ideologias tentam tornar as situações sociais compreensíveis, e construí-las de tal maneira, que seja possível agir dentro de seu quadro”<sup>50</sup>. Refletida sobre este viés,

<sup>48</sup> MARROU, Henri-Irénée. *História da educação na Antigüidade*. São Paulo: E.P.U - Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1975. P. 437.

<sup>49</sup> GERVÁS, Manuel J. Rodrigues. *Propaganda Política y Opinión Pública en los panegiricos latinos del bajo império*. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991. P. 18.

<sup>50</sup> DUTRA, E. R. de F. História e culturas políticas: definições, usos genealogias. In: *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 13-28, dez. 2002. P. 17.

entendemos que a questão ideológica acaba por atuar no campo da produção de sentidos, na sua circulação e sua recepção.

Ponderando estas questões, compreendemos que a função ideológica dos panegíricos consiste em uma definição do quadro imperial romano ao mesmo tempo em que procura construir as bases do sistema emergente do *Dominato*, através da defesa da constituição de dinastias familiares e hereditárias, fundamentadas na questão do poder por direito divino.

Os panegiristas buscavam fundamentar estes ideais através de abordagens que prefiguram a imagem do homenageado em questão, por meio do resgate de vínculos que estabelecem ligações entre o presente e o passado, utilizando-se do ideal da tradição enquanto fonte legitimadora deste novo contexto político.

Como exemplo destas ponderações, observamos no discurso pronunciado em 310 “Panegirico de Constantino” que este resgate concretiza-se, entre outros argumentos, na construção de uma linhagem familiar que remete o imperador Constantino a Cláudio, o Gótico, personagem que conquistou grande fama entre os habitantes do império ao sair vitorioso na batalha contra o avanço dos bárbaros na Anarquia Militar.

Henri-Irénée Marrou defende a idéia de que o homem político deveria saber conquistar o favor da multidão, conseguir o voto de uma assembléia e até mesmo persuadir um tribunal<sup>51</sup>. Foi com esta significação que os autores dos panegíricos procuraram utilizar a retórica e a oratória para fundamentar sua argumentação no sentido de objetivar uma persuasão do seu interlocutor, no que diz respeito ao grau de importância do personagem exaltado em questão, e também da tese da sua legitimidade no comando do Império:

La disposición de ideas, así como las figuras retóricas utilizadas responden a formulas bien precisas y aprendidas en las escuelas de oratoria, con el único objetivo de provocar la adhesión de los oyentes a lo que se esta exponiendo.<sup>52</sup>

<sup>51</sup> MARROU, Henri-Irénée. *História da educação na Antigüidade*. São Paulo: E.P.U - Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1975. P. 378.

<sup>52</sup> GERVÁS, Manuel J. Rodrigues. *Propaganda Política y Opinión Pública en los panegiricos latinos del bajo império*. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991. P. 21 e 27.



A compreensão do poder da palavra enquanto agente ideológico pode ser remetida em especial aos tempos da dinastia dos Flávios (69-96), com a forte preocupação por parte de seus imperadores com os aspectos educacionais. O governo imperial acabou muitas vezes sendo levado a praticar uma política de intervenção, concedendo favores de ordem fiscal e muitas vezes encarregando-se da responsabilidade de remuneração dos docentes.

No entanto, no decorrer da história do Império Romano, a utilização deste saber enquanto instrumento de comunicação oficial por parte do poder central ganhou força, o que acabou condicionando boa parte da produção literária em prol do interesse deste grupo.

Vê-se pois, no Baixo Império, o interesse dos imperadores pela educação tornar-se mais direto, mais ativo, mais eficaz. Não se trata de apenas um efeito do desenvolvimento geral do embargo do estado sobre todas as manifestações da atividade pública, mas, antes, de uma vigilância especial, uma deliberada solicitude.<sup>53</sup>

No domínio da produção panegirística, é fato que os discursos eram encomendados aos melhores oradores e na grande maioria das vezes estes oradores teriam sido indicados pelo próprio imperador, evento que poderia ocasionar que o conteúdo das obras fosse composto por declarações políticas orientadas diretamente pelo soberano ou que o texto final passasse pelo seu aval.

Ao iniciar sua abordagem a respeito do levante de Maximiano contra Constantino no ano de 310, o orador do “Panegirico de Constantino” deixa clara esta possibilidade de interferência do poder imperial na composição destas obras, porém, procura relativizá-la ao expressar esta questão sob a forma de um “pedido de conselho”:

Tales eran los trabajos que, en beneficio y prestigio del imperio, retenían tu atención cuando las nuevas agitaciones de aquel hombre, que más que nadie hubiera debido favorecer tus exitos, las desviaron

---

<sup>53</sup> MARROU, Henri-Irénée. *História da educação na Antiguidade*. São Paulo: E.P.U - Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1975. P. 471.

hacia él. Todavía no sé demasiado bien de qué manera he de hablar de él y espero un consejo de un gesto de tu divinidad.<sup>54</sup>

Mesmo considerando o fato da maioria dos oradores pertencerem a um estrato social elevado, com efetiva participação no sistema de dominação romano, percebemos através de suas obras a intenção de se posicionarem enquanto porta-vozes de uma opinião geral da sociedade imperial.

Como procuravam legitimar esta prática da política imperial com bases monárquicas, buscavam construir um ideal acerca do soberano que afirmava-se oriundo do pensamento coletivo. Esta estratégia conduziria a uma suposta unificação e um nivelamento das opiniões dos diferentes grupos sociais que compunham o Império, possibilitando a consolidação da política do *Dominato* nos moldes das monarquias helênicas sem maiores conflitos.

Dentro desta perspectiva de promoção ideológica em prol da materialização da política imperial do *Dominato*, e conseqüentemente da legitimação do soberano, a produção panegirística conquista um papel definitivo como elemento propagandístico, o que ocasionou em um aumento considerável do número de produções deste tipo em um curto intervalo de tempo, sendo estes discursos considerados como obrigatórios após algum acontecimento ou atitude “gloriosa” por parte do imperador.

Eram pronunciados, por exemplo, após a ascensão ao poder de algum aspirante ao Império, nas comemorações de aniversário de elevação do soberano à púrpura e, em muitos casos, após campanhas militares vitoriosas contra os inimigos do Estado.

Como expressão da composição destes discursos em um curto espaço de tempo, podemos observar o caso da obra panegirística selecionada para este trabalho, que faz parte de uma coletânea de discursos pronunciados entre os anos de 289 e 389, com seu conteúdo transitando desde homenagens a Diocleciano e Maximiano, chegando até os tempos de Teodósio<sup>55</sup>.

<sup>54</sup> An., Paneg. 310 (XIV, 1) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1224.

<sup>55</sup> Para a análise destes discursos foram utilizadas as obras de GALLETIER, E. *Panegyriques Latins*. Paris: Société d'édition “Les Belles Lettres”, 1952. Tomo I e II., e LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969.

O “Panegirico de Constantino” pronunciado no ano de 310 irá transparecer no seu corpo de texto, determinadas características comuns às demais obras que integram esta coleção, e este fato possibilitou a utilização de alguns dos demais discursos como auxílio da análise empreendida.

Foram selecionadas neste sentido, as obras em homenagem ao imperador Constantino, sendo elas: “Panegirico en honor de Maximiano y Constantino” (307), “Discurso de accion de gracias, dirigido a Constantino Augusto” (312), “Panegirico en honor de Constantino” (313) e o “Panegirico de Constantino Augusto” (321).

Boa parte dos discursos desta coletânea, de acordo com E. Galletier<sup>56</sup>, foi pronunciada em cidades fora da península itálica, o que nos permite estabelecer um elo com a crescente influência das regiões provincianas na participação política. Em continuidade, este autor discorre sobre o alcance que as escolas de retórica, sobretudo as gaulesas, tiveram na questão da fundamentação de normas e hábitos escolares em relação às práticas de eloquência e exercício da oratória por todo o império.

Neste sentido, tornou-se possível estabelecer semelhanças estilísticas entre estes discursos panegirísticos selecionados, nos quais seus oradores desempenham com desenvoltura as regras da retórica empregadas neste gênero laudatório. Em todas estas obras o elogio ao imperador permanece como eixo indispensável e importante do discurso, pois será através da construção da sua imagem que os panegiristas irão estruturar as argumentações que fundamentam ideologicamente o *Dominato*.

Acredita-se que estes discursos panegirísticos tenham sido elaborados com base em um mesmo arquétipo, e o fato de seus autores também serem provenientes de uma mesma região possibilita o desenvolvimento de uma questão centrada nas disputas que objetivavam uma maior influência e participação desta elite provinciana dentro da política imperial.

Neste sentido, além de terem como objetivo comum a legitimação de um governo monárquico, os oradores procuravam supervalorizar suas posições através da normatização de condutas por valores morais que conduziam as práticas aristocráticas nas províncias.

---

<sup>56</sup> GALLETIER, E. *Panégyriques Latins*. Paris: Société d'édition “Les Belles Lettres”, 1952. Tomo I. P. VII-XVI.

Común a todos ellos, sin embargo, es una misma ideología, formalizada a través de los valores morales de la aristocracia provincial que interioriza el **mos maiorum**, através de los **exempla** de personajes gloriosos del pasado romano.<sup>57</sup>

Henri-Irénée Marrou<sup>58</sup> destaca que o *mos maiorum* é algo maior que uma ética ou um estilo de vida nobre, ele implicaria em um ensino que se estenderia a todos os aspectos da atividade humana, inclusive técnicos.

Dentre as obras que homenageiam Constantino, somente o “Panegirico de Constantino Augusto”, pronunciado no ano de 321, chegou aos dias atuais com a autoria conhecida. Contudo, este elemento não nos possibilita extrair informações mais concretas e qualitativamente superiores do que os outros textos com autoria desconhecida, pois o que sabemos a mais é praticamente só o nome do autor: Nazário.

Apesar desta ausência nominal do autor do panegírico do ano de 310 “Panegírico de Constantino”, não podemos considerar este fator como um entrave na análise, ou uma impossibilidade de se executar com eficiência a mesma. A partir das considerações realizadas sobre a eficácia e importância dos discursos como agentes de promoção ideológica, é possível identificar na própria definição do discurso panegíristico elementos que identifiquem a posição social do orador e sua colocação enquanto porta voz dos anseios de um grupo específico, principalmente ao considerarmos a questão da distinção social amparada pelo privilégio da educação.

Na estrutura dos discursos podem ser encontrados elementos utilizados pelo autor que o caracteriza enquanto participante de uma dada formação social, que no caso do nosso estudo, remete a fundamentação ideológica do *Dominato*, ou seja, a defesa da manutenção de um sistema imperial centralizado no monarca.

Como estes discursos foram pronunciados em sua maioria na presença dos imperadores homenageados, os oradores aproveitavam-se deste tipo de situação

<sup>57</sup> GERVÁS, Manuel J. Rodrigues. *Propaganda Política y Opinión Pública en los panegiricos latinos del bajo império*. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991. P. 25.

<sup>58</sup> MARROU, Henri-Irénée *História da educação na Antigüidade*. São Paulo: E.P.U - Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1975. P. 361.

para incorporar no corpo do discurso algumas aspirações particulares, o que nos auxilia em grande medida na identificação de elementos da vida deste autor.

No caso do discurso do ano de 310 “Panegirico de Constantino”, o orador permitirá o conhecimento, entre outros elementos (que serão abordados no capítulo 3, subitem 4 deste trabalho) de sua cidade natal, a provável data de seu nascimento e de funções administrativas ocupadas por ele, seu filho e seus discípulos.

Mientras tanto, puesto que, gracias a tu estima, he llegado al colmo de mis deseos y he podido consagrar a tus oídos esta voz, por muy mediocre que sea, que se ha ejercitado en diversas tareas de la vida privada y del palacio, rindo a tu divinidad mis más vivas acciones de gracias. [...] considero también míos en todos aquellos que yo he hecho llegar a la defensa de los pleitos del Foro o a los cargos del palacio<sup>59</sup>

Desta forma, procuramos ao longo deste capítulo discorrer que uma vez que produção panegirística não estava desvinculada das questões sociais e políticas no Império, ela tinha como principal objetivo, adequar a teoria do poder imperial à nova realidade que se formulava no século IV. Neste sentido, pôde-se compreender que a elaboração destes discursos ficava condicionada a uma função propagandística da política imperial, o que no século IV focava-se na concentração de poder nas mãos de um único monarca, em busca de uma unidade política. Função esta que devido sua importância, não poderia ser atribuída aleatoriamente, desta forma, a autoria dos panegíricos ficava limitada a um pequeno grupo que participava, ou ao menos concordava, com a condução desta política imperial rumo ao *Dominato*.

---

<sup>59</sup> An., Paneg. 310 (XIII, 1). In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1229-1230.

## CAPÍTULO 3: O IMPERADOR CONSTANTINO:

Uma vez já abordado o contexto da ascensão de Constantino ao poder imperial e a respectiva importância dos discursos enquanto instrumentos de legitimação e poder partiremos para a análise do imperador Constantino em si, iniciando com a sua ascensão ao poder imperial e sua preocupação em afastar sua imagem da dos demais usurpadores, chegando por fim, a relação estabelecida entre a fonte selecionada para este trabalho “Panegirico de Constantino” com o processo de legitimação e consolidação como soberano até o ano de 310.

### 3.1 A ascensão ao poder imperial:

Com a renúncia de Diocleciano a política tetrárquica sofreu um forte impacto, entretanto, devemos ressaltar que os pontos afetados dizem respeito às questões que envolvem o soberano, e não a concentração de poder monárquica. As reformas administrativas, econômicas e sociais que objetivavam a estabilidade e a concretização da ideologia do *Dominato* não foram interrompidas, ou até mesmo modificadas de forma estrutural pelos sucessivos personagens que transitaram pelo poder imperial no século IV.

Os usurpadores, como veremos a seguir, não contestavam a legitimidade do regime, mas sim, quando sentiam-se lesados, contestavam a legitimidade do governo encarnado neste ou naquele imperador<sup>60</sup>. Percebe-se, portanto, que não existia no caso das usurpações após a renúncia do tetrarca Diocleciano em 305, uma proposta de redefinição do modelo político do *Dominato*, ainda em formação.

O que presenciamos é a transição do poder de um colégio administrativo restrito para a pessoa de um único soberano:

Ao longo das primeiras décadas do século IV assistimos à transformação do Dominado, na forma Tetrárquica que Diocleciano

---

<sup>60</sup> SILVA, G. V. Interesses subjacentes e interesses manifestos no contexto das usurpações romanas (284-395 d.C.). In: *Phoenix* / UFRJ, Rio de Janeiro, p. 91-100, 1996. P. 98.

tentou instituir, para o Dominado sob o governo único de Constantino [...]<sup>61</sup>

O fato é que, como neste período do século IV ainda não estão configuradas e bem estabelecidas as bases deste novo modelo político-ideológico que se afastava da forma tradicional republicana, as disputas entre os pretendentes do poder imperial logo voltaram a ocupar espaço no cenário romano.

O estopim destes conflitos, como abordado no capítulo 1, foi a aclamação de Constantino por suas tropas em 306. Como vimos, a política tetrárquica de Diocleciano havia objetivado amenizar a questão da usurpação do poder através da formação de dinastias com bases no princípio da *adoptio*, porém, o exército não havia perdido seu forte potencial enquanto instrumento de ascensão ao poder, fato que continuava a ser simbolizado pelos vínculos entre os generais e suas tropas, mesmo entre os que já ocupavam legitimamente postos no colégio tetrárquico.

A questão da formação de dinastias pela Tetrarquia, em fusão com a construção de uma monarquia, reconfigurou as discussões em torno da nomeação dos imperadores, relativizando ainda mais o papel das aristocracias senatoriais neste setor. Esta fusão que configurou um dos elementos da ideologia do *Dominato* permitiu resgatar os princípios da hereditariedade, onde o *imperium* voltou a ser considerado como elemento de uma herança familiar.

Este foi um dos principais argumentos utilizados pelos dois iniciais pretendentes ao poder (Constantino e Maxêncio), que foram desconsiderados na formação, digamos assim, da segunda Tetrarquia em 305. Galério, que havia recebido o título de *augusto* em substituição de Diocleciano, percebendo a imagem pública positiva de Constantino e seu poderio militar, procurou afastar as possíveis novas usurpações reconhecendo Constantino como *césar* sob Severo, que tinha ascendido ao posto de *augusto* após a morte de Constâncio Cloro.

Porém, Constantino não recuou em sua posição, e novos fatores contribuíram para desestabilizar ainda mais a organização imperial tetrárquica, entre eles, a aclamação de Maxêncio (filho de Maximiano) como *augusto* pelos pretorianos.

---

<sup>61</sup> TAVEIRA, C. *O modelo político da autocracia Bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. 405 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002. P. 167.

Gilvan Ventura da Silva<sup>62</sup> coloca a questão que dentre os motivos que podem gerar uma usurpação, encontramos a insatisfação dos que, de acordo com o padrão de distribuição da autoridade, sentem-se desprestigiados ou privados de algo que por direito dever-lhes-ia pertencer.

E estes foram os principais motivos para que, no compasso destes acontecimentos, novos pretendentes, juntamente com os membros oficiais da Tetrarquia e até mesmo Maximiano que havia renunciado em 305, passassem a disputar a púrpura imperial no seu mais alto grau hierárquico, o de *augusto sênior*. Constatamos, portanto, entre os anos de 306 a 308, cerca de seis personagens nesta disputa: Maximiano (inconformado por ter que abandonar o poder por uma decisão unilateral de Diocleciano), Constantino e Maxêncio (excluídos dos encargos de *césar* por manobra de Galério), Galério, Maximino Daia (insatisfeito pelo fato de Licínio ter sido nomeado *augusto* em seu lugar, antes mesmo de ter ocupado o cargo de *césar*) e Licínio.

Neste contexto, tornou-se indispensável a formação de alianças políticas, fato que uniu inicialmente Constantino, Maximiano e Maxêncio, o qual havia conseguido uma importante vitória sobre Severo em 307. Esta aliança caracterizou uma disputa destes três “auto-aclamados” *augustos*, que tinha seu principal apoio nos territórios ocidentais do império, contra Galério, que neste momento preocupava-se em conseguir restabelecer nos moldes tetrárquicos a indicação de Licínio como *augusto* neste mesmo território ocidental.

Todavia, neste período de grande instabilidade política, a permanência no poder requeria algo a mais que a aclamação militar e até por vezes a aclamação popular, e as teorias acerca da concepção divina do poder e resgate de elementos tradicionais (como a associação a personagens considerados gloriosos) típicas da fundamentação ideológica do *Dominato*, cumpriam esta função.

Configurou-se então, uma ênfase na necessidade de se estabelecer critérios rígidos de sucessão e também uma relação de fidelidade forte, entre os personagens que participavam da mesma aliança, em prol de garantir reconhecimento e legitimidade. Foi neste contexto que Constantino repudiou sua primeira esposa para casar-se com Fausta, filha de Maximiano.

---

<sup>62</sup> SILVA, G. V. Interesses subjacentes e interesses manifestos no contexto das usurpações romanas (284-395 d.C.). In: *Phoënix* / UFRJ, Rio de Janeiro, p. 91-100, 1996. P. 93.



A produção panegirística no século IV criou um apoio teórico a estas questões, e se adaptou, com o decorrer dos anos, às mudanças que ocorriam na esfera destas alianças políticas. Neste sentido, o bom orador continuava fundamentando os ideais do *Dominato*, contudo, sua abordagem se construiria a partir das realidades materiais do momento em que escrevia, procurando sempre amenizar os pontos de contradição entre um momento e outro.

A estratégia política de Constantino foi bem empregada neste sentido, e sua suposta superioridade irá ser consolidada quando este personagem finalmente se consagrou monarca absoluto em 324, após a vitoriosa da batalha com seu último oponente, Licínio.

### **3.2 As virtudes imperiais:**

A palavra virtude englobou diversas conotações ao longo da história, mas quase que em sua totalidade, estas conotações transitam ao redor de qualidades positivas em conformidade com o que é correto e desejável. Desta forma, podemos entender virtude como uma qualificação moral particular, que em conformidade com o bem, por meio da vontade e do hábito, caracteriza-se pela busca de um equilíbrio, e sua realização consuma a excelência ou perfeição do ser.

Podemos pensar na existência de um “ideal de virtude”, ou seja, que estas boas qualificações, aplicadas à conduta humana, indicariam que cada indivíduo possuía uma virtude própria, condizente com sua natureza e seu papel social. Desta forma, percebemos, no caso da antiguidade, que os intelectuais buscavam fundamentar através desta questão da virtude, teorias que possibilitassem racionalizar e até mesmo conduzir a vida do homem público, criando modelos de conduta que configurariam um homem ideal, através dos princípios da unidade e da universalidade.

Logo, entendemos a virtude não como uma qualidade específica de caráter, mas como um modo de atuação, que no nosso caso, se reúne na formação do

homem romano: “[...] o que se chama tão naturalmente a virtude ‘romana’ não é senão a moral da cidade antiga [...]”<sup>63</sup>.

Percebemos neste sentido, que esta formação do homem público, bem como a configuração de suas práticas, são estabelecidas principalmente nas produções intelectuais sob a forma da associação de determinados personagens a qualificações positivas que comporiam o conjunto das virtudes, sendo que a justificação destas atribuições se pautariam pela fama e honra dos feitos deste personagem.

O conjunto das virtudes engloba diversos tipos de qualificações, entretanto, abordaremos neste item algumas delas, que se relacionam diretamente com a conotação política crescente que as mesmas adquiriram ao longo da história do Império Romano, principalmente no recorte temporal do *Dominato*, onde a utilização das mesmas pelos teóricos do poder ajudou na materialização e fundamentação desta mudança político-ideológica. As virtudes buscavam, portanto, elaborar, formalizar e intensificar a imagem imperial na perspectiva de participar como um fator a mais na construção de uma teologia política em torno da realeza<sup>64</sup>.

Com esta reestruturação sentida pelo Império Romano essencialmente entre os séculos III e IV - que o conduziu a uma monarquia de direito - o conjunto das virtudes foi utilizado por estes teóricos como parte do processo de legitimação do soberano. Maria José Hidalgo de la Vega, acredita que neste momento, as virtudes atribuídas aos imperadores incorporavam qualidades sobrenaturais, auxiliando na consolidação da imagem de que o *princeps* se situava acima dos demais homens, sendo o limite entre o humano e o divino<sup>65</sup>. Também objetivava-se contrapor através destas qualificações o imperador virtuoso à figura dos considerados tiranos e usurpadores, que carregariam diversos vícios em suas práticas.

O estudo destas virtudes, principalmente por meio dos discursos públicos - como é o caso dos panegíricos -, permite compreender a evolução política do imperador e a justificação ideológica do poder imperial. Neste caso, a apresentação do bom imperador deveria ser amparada pelo conjunto das “virtudes imperiais” que o mesmo em tese possuiria, e, através deste modelo de monarca, estabelecer uma

---

<sup>63</sup> MARROU, Henri-Irénée. *História da educação na Antigüidade*. São Paulo: E.P.U - Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1975. P. 357.

<sup>64</sup> HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El intelectual, la realeza y el poder político em el Império Romano*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995. P. 110.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 119.

aproximação do soberano aos seus governados. As virtudes eram utilizadas desta maneira, como um eficaz meio propagandístico imperial, que buscava definir a conjuntura política e o caráter de um governo concreto, integrando os diversos setores sociais ao soberano.

Por todo o texto do discurso panegirístico pronunciado no ano de 310 “Panegirico de Constantino”, nota-se a ampla utilização destas virtudes pelo orador, que, ao fazer referência a Constantino procurou exaltar a sua imagem por meio das mesmas. Logo, a discussão deste tema, se pautará em um sentido mais estrito nas qualificações utilizadas com maior frequência pelo orador deste panegírico em prol da legitimação de Constantino.

As virtudes utilizadas na elaboração do “Panegirico de Constantino” perpassam os campos da moral, do civil e do sagrado, que juntas formariam um todo ideológico que cumpria a função de justificar a realidade sócio-política do momento.

Neste sentido, o orador aborda logo nos primeiros momentos de seu discurso, que toda a trajetória de Constantino até sua chegada no poder somente obteve sucesso devido às virtudes que este imperador possuía. Percebemos que a *virtus* adquire então um caráter genérico ao longo do discurso, mas que esta qualidade o remeteria a inúmeras outras, e simbolizava em muitos casos sua relação com o divino:

Sin duda habré de recurrir a esta habitual justificación de todos los crímenes, generalmente admitida incluso por los sábios, de que no hay ningún culpable si no es por culpa de los hados y de que los crímenes de los mortales son actos de la fortuna, mientras que, por el contrario, las virtudes son un presente de los dioses. 4. Da gracias, Constantino, a tu natural carácter, porque, hijo de Constancio el Piadoso y modelado por la voluntad de los astros, eres de tal naturaleza que no podrías ser cruel”.<sup>66</sup>

Desta forma, percebemos uma preocupação por parte do orador em reforçar o caráter sagrado que conduzia a política imperial para sua reestruturação na forma monárquica. As declarações que abordariam a questão da divindade de Constantino

<sup>66</sup> An., Paneg. 310 (XIV, 3) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1224.

apresentam-se tanto como um apoio concedido pelos deuses, como a alusão a qualidades sobre-humanas deste personagem, utilizadas em diversos momentos para justificar sua atuação política.

Ciertamente, Constantino, la misma naturaleza se sometió a tu divinidad cuando, en la profundidad de aquellas simas y torbellinos, hiciste echar los cimientos de unos pilares tan robustos que han tener una seguridad estable e inquebrantable.<sup>67</sup>

Ao discorrer sobre o levante de Maximiano contra Constantino, o orador procura fundamentar, ainda através desta relação com o divino, os laços de fidelidade que existiam entre este imperador e suas tropas, fato que havia servido de elemento principal da sua aclamação em 306. A definição de *fides* englobaria nesta situação, o sentido de garantia no âmbito de relações mútuas. Porém, a posse desta virtude por Constantino não é referenciada nominalmente, e sim através do campo do simbólico.

Así, viendo tu manera de caminar, los soldados te admiran, te quieren, te siguen con la mirada, fijan tu imagen en su alma y creen obedecer a un dios cuya prestancia es tan bella como cierta su divinidad.<sup>68</sup>

El amor que ellos profesaban a tu divinidad inflamaba su alma hasta el punto de que, a pesar de la perspectiva de tener que atacar un lugar extremadamente fuerte, creían que iba a bastar con llegar.<sup>69</sup>

Outra virtude que ocupa grande parte deste discurso é a *clementia*, que está intimamente ligada com a questão da vitória. Maria Helena da Rocha Pereira<sup>70</sup> discorre sobre este viés, que a *clementia* se fundamenta na esfera do político, sendo

<sup>67</sup> An., Paneg. 310 (XIII, 3) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1229.

<sup>68</sup> An., Paneg. 310 (XVII, 4) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1226.

<sup>69</sup> An., Paneg. 310 (XVIII, 7) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1227.

<sup>70</sup> PEREIRA, M. H. da R. *Estudos de História*. Vol. II – Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. P. 358-363.

um termo especialmente adequado a finalidades de propaganda. Para ela, seria uma qualidade própria dos romanos para com os povos dominados, conduta que o orador do “Panegirico de Constantino” deixa claro quando descreve as inúmeras batalhas que conduziram este imperador ao poder até cerca do capítulo X.

Entretanto, a *clementia* não seria sinônimo de perdão, misericórdia ou isenção de pena, consistiria sim em uma inclinação para a brandura ao efetuar o castigo, uma moderação que perdoaria uma parte de uma pena devida e merecida. Fato que permitia, de certo modo, uma identificação com o sentimento da vingança, mesmo sob esta máscara da brandura que um superior teria em relação ao seu inferior. No caso do levante de Maxímiano, o orador de 310 durante os capítulos XIV ao XXI, buscou basear-se neste princípio para abordar a sua condenação a um “suicídio voluntário”.

As atitudes tomadas por Constantino de condenar ao suicídio e não eliminar diretamente seu opositor teriam o objetivo de amenizar, através da *clementia*, as possíveis contradições que esta conduta implicaria, uma vez que Maxímiano era sogro de Constantino e ambos estariam unidos pela *pietas*.

A definição de *pietas* implica em um sentimento de obrigação para com aqueles a quem o homem estava ligado por natureza - pais, filhos, família - estabelecendo um vínculo efetivo entre os membros de uma família, mas também compreendia em um sentido mais amplo, as relações das famílias (ou de membros destas famílias) com o Estado, conduzindo a uma lealdade com laços de parentesco na política. Por este viés, Constantino era ligado a Maxímiano tanto pelo fato de ser seu genro, quanto pelos laços de adoção da Tetrarquia, uma vez que Maxímiano havia adotado como *césar* Constâncio Cloro, pai de Constantino.

Esta virtude aparece em diversos pontos do discurso, que faz referência a um Constantino piedoso em relação as suas práticas enquanto governante e, de forma mais difundida, na conduta “branda” adotada por ele durante o decorrer das disputas com Maxímiano.

Así, pues, en cuando dependia de tu piedad, emperador, tu lo salvaste, a él y a todos los que se habían unido. Que se indignen consigo

mismos todos los que no quisieron aprovecharse de tu favor y que no cryeron merecer la vida, cuando tu concedias permiso para vivir.<sup>71</sup>

Pode-se perceber então, que utilizando durante todo o discurso diversas referências às virtudes imperiais e a divindade de Constantino, o orador do “Panegirico de Constantino” procurou retratar este imperador enquanto soberano legítimo, e até certo ponto, como um soberano ideal, digno de ocupar esta posição, uma vez que por meio da exaltação de sua imagem, procurava afirmar que as campanhas por ele empreendidas, estavam conduzindo a estabilidade e prosperidade do Império.

### 3.3 A dissociação do Tirano-usurpador:

Como abordado até o presente momento, este conturbado período de reestruturação do modelo político-ideológico imperial, conduziu a uma necessidade de se fundamentar teoricamente o poder, e conseqüentemente, de se fundamentar o imperador legítimo. As virtudes exerciam esta função de auxiliar na construção protótipos do monarca ideal, que administraria com perfeição o bem público.

As inúmeras disputas do poder encaminham uma contraposição da imagem deste “bom imperador”, fundamentada pelas virtudes imperiais, à imagem do “mau imperador”, que devido aos seus vícios seria inapto a governar. Estes vícios englobariam desde características tirânicas deste imperador, e, em muitos casos, condenavam a forma “ilegítima” como este personagem teria chegado ao poder.

Esta oposição, entretanto, não pode ser atribuída somente a este período, muito pelo contrário, ela remonta a um esquema conceitual de longa tradição, cuja origem estaria figurada no mundo grego quando os teóricos procuraram elaborar uma antítese entre democracia e tirania. No mundo romano, esta oposição conduziu a uma rearticulação de seu significado no século IV, a serviço da ideologia imperial

---

<sup>71</sup> An., Paneg. 310 (XX, 3). In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1228.

do *Dominato*, onde a contraposição do *basileus* e do *tyrannus* procurou fundamentar a concentração do poder na figura do soberano<sup>72</sup>.

A imagem do imperador, possuidor de todas as virtudes, passou a ser contraposta então ao seu adversário, caracterizado pela ausência destas qualidades. Esta perspectiva foi abordada pelos panegiristas do século IV, entre outros fatores, pela estruturação da legitimidade do homenageado em questão e como uma justificativa para a realização de determinadas ações por parte do poder legitimamente instituído.

[...] la literatura laudat6ria bajo la forma de panegirico conservada, dentro de la qual el *usurpador* cumple la funci6n de antagonista respecto del leg6timo emperador, mientras su denegrici6n permite la optimizaci6n del *princeps*.<sup>73</sup>

O conceito *usurpare* permite uma defini76o que transitaria entre um significado gen6rico - fazer de algo uso pr6prio - e um sentido mais estrito que condizia com a realidade das disputas na Antigüidade Tardia - ato de servir, usar ou apoderar de algo sem direito. Como extens6o, o termo usurpador passou a ser atribuído aos personagens que tomaram, ou tentaram tomar o poder de forma ilegítima.

Pode-se 6nt6o encontrar na caracteriza76o do usurpador um efeito de a76o danoso, onde lhe 6 atribuído, na maioria das vezes, a grande possibilidade deste personagem realizar um mau governo, em contraposi76o ao soberano legítimo, que por sua vez teria mais chances de reinar com compet6ncia e prosperidade.

Entretanto, devemos colocar algumas considera76es a este respeito. A qualifica76o de legítimo fundamenta-se a partir de constru76es te6ricas centradas na imagem do imperador vitorioso. O triunfo do pretendente ao imp6rio exigia a priva76o do vencido da participa76o das virtudes. A ilegitimidade neste sentido, sempre seria definida a partir das diferen7as estabelecidas entre o vitorioso e o

<sup>72</sup> ESCRIBANO, M. V. Usurpaci6n y religi6n en el s.IV D. de C.: paganismo, cristianismo y legitimaci6n pol6tica. In: BLANCO, A. G. *Antigüedad y cristianismo*: monografias hist6ricas sobre la antigüedad tardía. Murcia: Universidade de Murcia, 1990. P. 247-272. P. 249.

<sup>73</sup> ESCRIBANO, M. V. Usurpaci6n y religi6n en el s.IV D. de C.: paganismo, cristianismo y legitimaci6n pol6tica. In: BLANCO, A. G. *Antigüedad y cristianismo*: monografias hist6ricas sobre la antigüedad tardía. Murcia: Universidade de Murcia, 1990. P. 247-272. P. 248.

derrotado e da desqualificação deste último, o que acarretava desta forma em uma impossibilidade de se estabelecer um padrão fechado e fixo de definição do que seria considerado ilegítimo.

Gilvan Ventura da Silva destaca neste sentido que a legitimidade ou ilegitimidade de uma ação só pode ser definida com referência à ótica das partes em litígio, de modo que os usurpadores do século III e IV

[...] não seriam anti-imperadores ou imperadores ilegítimos, mas tão somente imperadores proscritos, ou seja, Augustos que foram assim aclamados por uma parcela da sociedade e que no embate com os representantes da ordem estabelecida - os imperadores contra os quais penetrou a usurpação - não conseguiram se manter, sofrendo com isso uma série de represálias.<sup>74</sup>

Tendo em vista estas considerações, dentro do contexto das disputas pelo poder imperial no século III e IV, boa parte dos personagens que participavam das mesmas foram considerados usurpadores, se nos atentarmos para o fato deles contestarem o poder legalmente instituído no momento. Porém, ao conseguirem ascender a este poder, seriam estas pessoas que passariam a controlar o estabelecimento dos fundamentos do que era ou não legítimo, uma vez que havia tornado-se representante institucionalmente reconhecido.

No sentido literal do conceito de usurpador, o imperador Constantino pode ser qualificado enquanto tal, uma vez que ao ser aclamado *augusto* por suas tropas rompeu com a forma de organização imperial instituída pela política da Tetrarquia. Este é um dos pontos principais que conduz a uma grande preocupação em se fundamentar teoricamente a legitimidade destes personagens que ascenderam ao poder neste momento conturbado.

O orador do Panegírico de 310 “Panegirico de Constantino” procurou afastar a imagem de um Constantino usurpador, com o apoio na ideologia do *Dominato*, que possibilitava construir a legitimação do poder real através da formação de dinastias fundamentadas na questão familiar e não na adoção política.

---

<sup>74</sup> SILVA, G. V. Interesses subjacentes e interesses manifestos no contexto das usurpações romanas (284-395 d.C.). In: *Phoînix* / UFRJ, Rio de Janeiro, p. 91-100, 1996. P. 92.



Entre todos aquellos, repito, que comparten tu grandeza, tu, Constantino, tiene el privilegio de haber nacido emperador, y es tal la nobleza de tu origen, que tu promoción al imperio no ha venido a añadir nada a tu dignidad y la fortuna no puede prevalecerse ante ti de lo que te pertenece en propiedad, sin intrigas y sin recomendaciones. No ha sido el acuerdo accidental de los hombres ni un soplo súbito del favor lo que ha hecho de ti un príncipe: mereciste el imperio en virtud de tu nacimiento.<sup>75</sup>

Entretanto, esta preocupação com as usurpações também é percebida em outros pontos do discurso do ano de 310, sendo interessante a abordagem no capítulo VIII em relação às disputas imperiais entre 306 e 308. O orador refere-se neste ponto que a aclamação de Constantino pelas suas tropas não prejudicaria a política imperial, uma vez que o mesmo havia consultado os demais *augustos* (que ele qualifica como honorários) e que estes haviam aceitado sem titubear esta questão.

[...] cuando el ejército entero se puso de acuerdo en tu nombre, cuando todos los espíritus, todos los ojos, te designaron a ti y cuando, por más que tú hubieras consultado a los Augustos honorarios para saber qué creían ellos había que hacer en beneficio del Estado, cuando todos se adelantaron a la respuesta por medio de una manifestación de entusiasmo que los príncipes muy pronto aprobaron con su decisión.<sup>76</sup>

Neste contexto, as preocupações em torno da propaganda (frequente elaboração de panegíricos), das práticas rituais (organização do culto imperial) e reformulações conceituais (como o poder por graça divina e associações entre usurpador e tirano) amparam-se mutuamente dentro da esfera de legitimação do poder, e esta referida justaposição dos conceitos de usurpação e tirania foi trabalhada, principalmente no período constantiniano, pelos intelectuais em inúmeros discursos como instrumento desta política de legitimação.

<sup>75</sup> An., Paneg. 310 (II, 5 e III, 1). In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1218.

<sup>76</sup> An., Paneg. 310 (VIII, 2). In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1218.

Igualar en el ámbito nominal al usurpador con el tirano comportaba concentrar en él toda la semántica adquirida por su figura como símbolo de la alteridad política negativa respecto del poder instituido, desde su gestación [...] <sup>77</sup>.

Em decorrência, podemos entender que esta associação dos significados dos conceitos de *tyrannus* e usurpador acabam por revelar parte das soluções encontradas e empregadas pelos teorizadores no pensamento político romano da Antigüidade Tardia, que tinham como objetivo garantir o reconhecimento e a legitimidade deste poder autocrático que se configurava, juntamente com a preocupação de se fixar uma política sucessória com bases legais em uma ordem de transmissão do poder. Compartilhamos, finalmente, das argumentações de Escribano, que a este respeito discorre que:

De la revisión anterior se sigue como conclusión mayor que el termino *tyrannus* fue, en efecto, una pieza fundamental en el lenguaje propagandístico constantiniano, y que su uso, con el valor preferente de usurpador, como instrumento de descalificación política y religiosa contra sus rivales, después de haberlos eliminado, obedeció a la voluntad personal del emperador, que así pudo obtener la adhesión a sus interesados puntos de vista y conciliar la realidad social con la compleja situación política <sup>78</sup>.

Mesmo que o panegírico selecionado como fonte não empregue a palavra “usurpador”, seu orador procurou utilizar outras formas de se referir aos aspirantes “ilegítimos” ao poder. Percebe-se, portanto, que durante todo o discurso, o orador buscou otimizar a imagem de um Constantino próspero, em oposição a estes personagens e suas campanhas mal sucedidas que haviam corrompido a unidade do Império Romano.

### 3.4 “Panegirico de Constantino”: um processo de legitimação:

<sup>77</sup> ESCRIBANO, M. V. Usurpación y religión en el s.IV D. de C.: paganismo, cristianismo y legitimación política. In: BLANCO, A. G. *Antigüedad y cristianismo*: monografías históricas sobre la antigüedad tardía. Murcia: Universidade de Murcia, 1990. P. 247-272. P. 250.

<sup>78</sup> ESCRIBANO, M. V. *Constantino y la rescissio actorum del tirano-usurpator*. In: *Gerión*: Revista del Departamento de Historia Antigua/Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense. Madrid, n. 16, p. 307-338, 1998. P. 337.

Conforme abordado ao longo do texto, a aclamação ao poder imperial por intermédio do exército era um importante meio de ascensão, entretanto, ela não simbolizava a garantia de estabilidade e de permanência nesta posição. Configurada uma necessidade de legitimação do posto alcançado, a preocupação propagandística cresceu, e junto com ela a produção panegíristica, com o intuito de louvar a imagem destes imperadores.

Constantino foi homenageado em diversos discursos, que como instrumentos de comunicação oficial do império, preocupavam-se, através do eixo da exaltação da imagem deste personagem, racionalizar e instrumentalizar a política ideológica do *Dominato*. Entretanto, a diferença dos discursos em homenagem a este imperador e os demais panegíricos, centra-se na questão de que a trajetória de Constantino permite uma teorização a respeito da concentração do poder em torno de um único representante monárquico.

De modo geral, esta obra merece destaque por permitir ao leitor compreender a evolução da política traçada por Constantino, principalmente se comparado com o discurso panegirístico pronunciado no ano de 307 “Panegirico en honor de Maximiano y Constantino”, que fundamenta as bases do *Dominato* ainda em torno da aliança entre Constantino e Maximiano. Esta aliança havia simbolizado para Constantino um reconhecimento institucional do título obtido, uma vez que, após sua aclamação pelas tropas, um membro legítimo da Tetrarquia o reconhecia enquanto representante legal do poder.

¿Qué cosa más preciosa, en efecto, podías tú dar o tú recibir, cuando, por obra de vuestra alianza, a ti, Maximiano, se te há renovado la juventud a través de tu yerno, y a ti, Constantino, se te há realizado con el título de emperador a través de tu suegro?<sup>79</sup>

Este discurso de 307, “Panegirico en honor de Maximiano y Constantino”, procurou retratar a aliança entre os dois imperadores, através da referência que fez ao casamento de Constantino com Fausta:

<sup>79</sup> An., Paneg. 307 (II, 1) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1204.

Entonces Maximiano [...], huyó a la Gália em busca de la alianza de Constantino: se hizo reconocer Augusto por él y le dio a su vez este mismo título y la mano de su hija Fausta.<sup>80</sup>

Entretanto, o fato de Maximiano ter renunciado com Diocleciano em 305, e retornado ao império após a aclamação de Constantino por intermédio de suas tropas, também permitiu que ele pudesse ser caracterizado como um novo usurpador, então o trabalho do panegirista de 307 teve como foco a construção da legitimidade destes dois personagens, baseado principalmente na formação de dinastias com base em uma linhagem familiar, onde o grau de parentesco foi estabelecido não só pelo casamento de Constantino com Fausta, mas também por meio de que, com base no princípio da *adoptio*, o pai de Constantino era herdeiro de Maximiano.

Neste sentido, a prática política e ideológica do *Dominato* possibilitou uma fundamentação desta nova dinastia com base nos princípios sagrados, onde a devoção e ligação de Maximiano com Hércules foi estendida ao mais novo membro da família.

Vosotros, em efecto, perpetuais la república no con una descendencia plebeya, sino con una descendencia doblemente imperial, para que el estado de cosas a que finalmente se ha llegado, mil años después de la fundación de Roma, causandonos la satisfacción de no ver la dirección de los asuntos de que depende nuestra salud pasar de una familia nueva a outra familia nueva, se prolongue en los tiempos futuros bajo emperadores que seam siempre descendientes de Hércules.<sup>81</sup>

Contudo, o fim desta aliança, caracterizada pela eliminação de Maximiano por Constantino, irá simbolizar um reaparecimento da problemática em torno da legitimidade do poder. Este fato deveu-se não só pela eliminação de um membro legítimo da organização imperial proposta por Diocleciano, como também pelo fato de Constantino poder ser classificado como filho “ilegítimo” de Constâncio Cloro,

<sup>80</sup> LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1197.

<sup>81</sup> An., Paneg. 307 (II, 5) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1205.

fruto da união com Helena (que foi repudiada para que Constâncio Cloro pudesse se casar com Teodora, enteada de Maximiano e selar a aliança entre eles).

Teria sido através dos princípios de sucessão estabelecidos na Tetrarquia e da união matrimonial com Fausta, que as teses de legitimação de seu poder haviam sido fundamentadas até então, mesmo que o panegírico de 307 já se utilizasse de algumas argumentações com base no direito familiar.

Necessitava-se, portanto, de uma reconfiguração nas abordagens que procuravam justificar sua posição enquanto soberano, e é neste contexto que o panegírico escolhido como fonte tem seu valor reconhecido.

Como boa parte da produção panegirística, o “Panegirico de Constantino” foi pronunciado no ano de 310 em uma ocasião comemorativa oficial do império, na presença do Imperador, episódio que o orador nos indicou logo no primeiro capítulo da obra, quando fez referência diretamente à Constantino (*tu majestad, tu familia, su valor*, por exemplo), como se dialogasse com o mesmo.

Acredita-se que a comemoração tenha sido destinada a celebração do aniversário de Tréveris (Treves ou Treveri), onde provavelmente o discurso tenha sido pronunciado. No capítulo XXII o orador, com o intuito de pedir uma visita de Constantino a sua cidade natal, comparou-a com as imponentes edificações e construções desta promissora cidade imperial.

Tréveris adquiriu grande destaque dentro do Império Romano por ter sido considerada como a principal residência de Constantino na primeira parte de seu reinado. Para J. L. Palácios, o crescimento da importância de cidades provinciais comprova que Roma estava paulatinamente deixando de ser o centro do poder, ou que pelo menos outros centros estavam surgindo.

Esta tendencia culmina especialmente en el periodo tetrárquico en el cual podemos identificar un grupo de ciudades provinciales y del Norte de Italia que actúan como <<pseudo-capitales>> del império.<sup>82</sup>

Em relação à datação deste referido discurso, o ponto que mais no auxilia é a data da morte de Maximiano, uma vez que o orador dedica boa parte do seu

<sup>82</sup> PALACIOS, J. L. C. *Los viajes de Constantino*. In: *Gerión: Revista del Departamento de Historia Antigua/Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense*. Madrid, n. 15, p. 193-203, 1997. P. 195

discurso para abordar esta questão. Desta forma, se seguirmos as análises históricas que centram este acontecimento nos primeiros meses de 310, acreditamos que o panegírico corresponda a este mesmo ano.

Também encontramos no corpo do texto algumas referências que o orador fez sobre o aniversário de ascensão de Constantino ao poder. Segundo Victor-José Herrero Llorente<sup>83</sup>, a aclamação data de 25 de julho de 306, e, ao orador afirmar no capítulo II que a comemoração desta ascensão aconteceu há pouco tempo, podemos nos aproximar ainda mais da data do pronunciamento. Outro acontecimento que nos auxilia nesta questão, foi o pedido feito pelo orador no final do discurso para que Constantino fizesse uma visita a sua cidade natal, Autún, que foi abordada pelo orador do “Discurso de accion de gracias, dirigido a Constantino Augusto” no ano de 312.

Logo, admitimos nosso orador como oriundo de Autún também pelo fato de que, após fazer uma descrição do templo de Apolo desta cidade, refere-se a mesma como “mi patria”<sup>84</sup>. Como se posiciona enquanto um “hombre maduro” no início do texto, é defendida a tese, a partir da datação do discurso, de que o orador tenha nascido entre os anos de 260-265.

Seria na parte final do discurso que se concentram as informações a respeito do orador, no capítulo XXII, quando ele fez este pedido de visita a sua cidade à Constantino, e principalmente no capítulo XXIII, onde teve a preocupação em agradecer este imperador pela oportunidade que lhe foi concedida. Percebemos através destes capítulos que o orador não só ocupava-se da função de professor de retórica, mas também tinha exercido funções administrativas.

Por eso me basta desear que, guiado por tu bondad, vayas a visitar mi patria: en cuando hayas visitado, recobrará su pasada grandeza. Pero ¿quién sabe, a mi edad, podre aún conocer esta dicha?<sup>85</sup>

<sup>83</sup> LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1213.

<sup>84</sup> An., Paneg. 310 (XXII, 7) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1229.

<sup>85</sup> *Idem*.

Ao procurar fazer recomendações de sua família ao imperador, fez referência ao fato de ter cinco filhos, sendo que pediu atenção especial ao que também participava da administração imperial:

Me queda recomendarte a mis hijos, al que se ocupa ya de la defensa de los más altos intereses del fisco y en el que mi afecto há puesto todas sus esperanzas: si alguna vez pones los ojos en él, su feliz colaboración se acomodará en sumo grado a tu edad.<sup>86</sup>

Dentre estas recomendações, o orador também procurou demonstrar que seus discípulos estavam inseridos no círculo imperial, ocupando, do mesmo modo que seu filho, funções administrativas. Nesta perspectiva, constatamos a influência que este orador teria neste meio, e que estas suas qualidades (enquanto eficiente professor e posicionamento social) acabou atraindo as atenções imperiais.

Em decorrência da ruptura da aliança entre Constantino e Maximiano, o orador do panegírico de 310 “Panegirico de Constantino” buscou novos elementos para a exaltação Constantino, o que acarretou na elaboração de um novo princípio genealógico. A legitimidade de Constantino permaneceu dando continuidade aos princípios dinásticos do *Dominato*, amparando-se em uma linhagem familiar, mas neste momento a ligação com Maximiano foi silenciada.

Nosso orador procurou remontar o parentesco de Constancio Cloro (e conseqüentemente seu filho) com Cláudio, o Gótico. A mãe de Constâncio Cloro seria sobrinha de Cláudio, e esta abordagem possibilitou-nos perceber que neste discurso encontrava-se o embrião da formação de uma dinastia constantiniana, que se solidificaria, após a consolidação de Constantino como monarca absoluto em 324, com a da nomeação de seus filhos como césares. Manuel J. Rodrigues Gervás argumenta que o discurso de 310 seguiria claramente motivações políticas, pois após a ruptura da aliança com Maximiano,

[...] la justificación del poder imperial pasa por la herancia, de ahí que se recuerden las ‘virtudes’ de Constancio imitadas por su hijo. En realidad

<sup>86</sup> An., Paneg. 310 (XXIII, 1) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1229.

todo el panegirico pretende demostrar su legalidad a través del principio dinástico.<sup>87</sup>

Nos domínios destas motivações, o orador, após a abertura de seu discurso, dedicou uma porção considerável para a abordagem da grandeza de Constâncio Cloro e as lamentações que sua morte ocasionou, tal qual o estilo de uma oração fúnebre. Porém, utiliza-se desta abordagem em conjunto com a ligação familiar com Cláudio como um ponto de partida para fundamentar o princípio da herança familiar do poder imperial, argumentando que embora a morte de Constâncio Cloro tenha sido lastimada por todo o império, fora ela que abriu caminho para o advento de Constantino ao poder:

[...] porque fue el (Cláudio) que por primera vez te adorno con la investidura que llevas, es no obstante este ilustra fundador de tu linaje el que te ha transmitido tu destino imperial. Más aún: tu mismo padre debió a esta antigua preeminencia de la casa imperial el verse levantado a los honores, y gracias a esto tú has sido elevado al rango supremo y por encima de los destinos humanos, tú, tercer emperador de una familia que há dado ya dos príncipes.<sup>88</sup>

Teria sido com base nestes princípios, que Celso Taveira propôs que “com o panegírico de 310, encontramos-nos diante de um documento que marca o ponto de partida para a criação de uma tradição genealógica que se afirmou ao longo do século IV”<sup>89</sup>, articulada pelas diversas abordagens do orador dentro da questão do nascimento de Constantino, ao mesmo tempo em que procurava afastá-lo da imagem do usurpador.

O capítulo III deste panegírico é particularmente interessante porque nos permite perceber as bases de uma argumentação em prol da consolidação de uma política baseada nos moldes de uma monarquia sagrada de princípios dinásticos e hereditários, ao mesmo tempo em que procura, a nosso ver, relativizar a

<sup>87</sup> GERVÁS, Manuel J. Rodrigues. *Propaganda Política y Opinión Pública en los panegiricos latinos del bajo império*. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991. P. 95.

<sup>88</sup> An., Paneg. 310 (II, 3-4) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1218.

<sup>89</sup> TAVEIRA, C. *O modelo político da autocracia Bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. 405 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002. P. 175.



participação das elites provincianas neste círculo do poder. Sua argumentação se pauta na aclamação imperial pelo exército, que como já abordado, era composto em grande parte por este setor.

Procurou não criar grandes rupturas, reconheceu o mérito de se alcançar o poder através de se cumprir regularmente os anos de serviço e percorrer os diversos graus da hierarquia militar, mesmo porque, admitiu que o próprio Constantino participava deste meio. Todavia, defendeu que seria muito mais distinto alcançar o “cumbre de los montes” e encontrar um ponto de apoio em um nascimento de linhagem nobre:

El primero, el más bello regalo de los dioses inmortales es, en mi opinión, encontrarse ya la felicidad al tiempo de ver la luz y recoger como un bien familiar lo que otros consiguen solo con dificultades gracias al trabajo de toda una vida.<sup>90</sup>

É notável, portanto, a preocupação empregada na política de fundamentação ideológica do *Dominato*, e, em continuidade no que diz respeito da teorização sobre um poder descendente, proveniente do divino, o orador do panegírico de 310 procurou seguir o mesmo tipo de argumentação empregada no discurso de 307, não desconsiderando o sagrado como princípio para a legitimidade de Constantino. Entretanto, para não entrar em contradição pela questão do fim da aliança com Maximiano, procurou fundamentar a divindade de Constantino por meio de Apolo.

[...] el panegirista de 310 es testigo de este giro en las creencias oficiales del príncipe y del favor especial que adquiere el diós Apolo para él. De hecho, esto era una vuelta a la religión querida de los antepasados, ya que Cláudio II hacia representar el sol en el reverso de sus monedas y supuesto que Constantino se inclinaba hacia una especie de monoteísmo solar.<sup>91</sup>

<sup>90</sup> An., Paneg. 310 (III, 2) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1218.

<sup>91</sup> LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1216.

Segundo Silva, a produção monetária a partir de 310 foi um bom exemplo desta devoção, uma vez que Constantino passou a se apresentar como devoto desta divindade solar assimilada a Apolo, que protegia a linhagem de Constâncio Cloro<sup>92</sup>. No corpo do panegírico estudado, o orador abordou a devoção a Apolo em pontos variados, mas o que mais chamou a atenção foi dentro da questão do levante de Maximiano. Como forma de agradecimento a sua campanha vitoriosa, Constantino prestou oferendas no templo deste deus:

[...] la fortuna lo arreglaba todo de forma que el feliz resultado de tus cosas te hizo pensar en llevar a los dioses inmortales las ofrendas que les habías prometido, en el lugar en que te habías desviado para ir al templo más hermoso del mundo, mas aún al dios que, como viste, está presente allí. Pues imagino viste, Constantino, a tu protector Apolo, acompañado de la Victoria, ofrecerte unas coronas de laurel de las que cada una trae el presagio de treinta años.<sup>93</sup>

Outro ponto onde esta devoção foi abordada, diz respeito ao pedido de visita a Autún feito pelo orador. Neste sentido, ele procurou descrever as maravilhas que esta cidade tinha, fazendo referência que nesta visita Constantino poderia percorrer os bosques sagrados de Apolo e seu sagrado templo, podendo este imperador, desta forma, admirar o santuário de sua divindade protetora.

Em um momento posterior da trajetória política de Constantino, sua devoção fora encaminhada para uma associação direta ao *Sol Invictus*, o que o vinculava a uma longa tradição imperial (desde os tempos de Calígula e Nero), numa procura por um monoteísmo tutelar, que respondesse as expectativas e exigências implementadas pela monarquia de cunho oriental na qual o Império estava se fundamentando, tal qual já foi abordado ao discutir o ritual da *proskynesis* e o culto a *Mitra*.

Neste sentido, os oradores dos diversos panegíricos em honra a Constantino, mesmo que não fizessem referências diretas e nominais à devoção deste imperador, sempre procuraram estabelecer esta descendência divina como um dos principais

<sup>92</sup> SILVA, G. V. da. A relação Estado/Igreja no Império Romano (séculos III e IV). In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Maud Editora e EDUFES, 2006. P. 253.

<sup>93</sup> An., Paneg. 310 (XXI, 3-4) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1228.

fatores de sua legitimação nos moldes da ideologia política do *Dominato*, afirmando, por exemplo, que “desde su subida al poder, Constantino había sido objeto de una especial elección divina”<sup>94</sup>.

O orador do “Panegirico de Constantino” procurou conduzir sua argumentação em prol da fundamentação ideológica do poder de Constantino seguindo uma ordem cronológica dos acontecimentos. Neste sentido, um claro valor é atribuído ao discurso pelo fato de que ao abordar as campanhas que Constantino esteve envolvido, podemos traçar um panorama geral dos conflitos pelos quais o Império Romano atravessava neste período.

Sob este viés, é possível considerar esta obra como um resumo histórico das movimentações de Constantino desde sua subida ao poder até o momento da elaboração do discurso em 310. O orador deste panegírico empenhou-se em configurar a dinastia constantiniana resgatando a memória de seu pai, Constâncio Cloro, e para isso, também descreveu algumas campanhas militares efetuadas por este personagem, centradas, entretanto, na contenção das incursões bárbaras, uma vez que as disputas imperiais haviam se estabilizado temporariamente.

Provavelmente com base em alguns dos panegíricos pronunciados anteriormente, o orador resume a luta de Constâncio contra Caráusio (que desde 287 intentava participar do poder nas regiões da Bretanha e norte da Gália), as campanhas da Bolonia, Batávia e conquista da Bretanha. Como novidade, este panegírico é praticamente a única referência conhecida atualmente que proporciona alguns detalhes sobre a incursão dos alamanos em Langres por volta do ano de 298.

Como uma primeira fundamentação da descendência divina de Constantino e sua legitimidade enquanto herdeiro do império, o orador de 310 aproveitou esta homenagem à Constâncio Cloro no início da obra, e abordou que na ocasião da morte deste, ele fora recebido na morada celeste pelo próprio Júpiter, e que por pedido dos deuses, indicou Constantino como seu sucessor.

En verdad, las moradas celestes se abrieron ante él y él fue admitido en la asamblea divina, habiéndole tendido la mano el próprio Júpiter. Más aún: invitado en seguida a dar su opinión y a decir quién debía ir a parar el império, según su criterio, dio la respuesta que convenía a

<sup>94</sup> LLORENTE, Víctor-José H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1272.

Constancio el Piadoso; 4. el voto de tu padre, te designo claramente a ti, emperador.<sup>95</sup>

Logo em seguida, notamos que o orador procurou unir esta questão do poder descendente com a preocupação em se limitar a forte atuação militar no que se refere a aclamação dos imperadores, pois, ao mesmo tempo em que reconhece a aclamação de Constantino por intermédio das tropas, coloca que estas estavam efetuando nada mais que uma vontade dos deuses, que seria reconhecer este personagem enquanto herdeiro do Império.

Em continuidade, o orador dedicou os capítulos X, XI, XII e XIII para abordar as glórias e a fortuna que Constantino herdou, saindo vitorioso de diversas campanhas militares. Contudo, entre os anos de 306 e 307, não foram registradas grandes ameaças, e as operações militares concentravam-se nas habituais operações de vigilância e repressão nas fronteiras.

A única campanha militar de Constantino que o orador abordou detalhadamente foi o levante de Maximiano. Dedicou para este tema cerca de sete capítulos da obra (XIV ao XXI), e este relato teve um valor indiscutível, pois não existem outras fontes sobre este acontecimento, embora algumas informações sejam carentes de indicações de tempo e lugar<sup>96</sup>.

O orador do “Panegirico de Constantino” procurava não enegrecer a memória de Maximiano, mesmo porque estava em uma situação delicada ao abordar um tema que poderia causar polêmica devido aos antigos laços de parentesco: “¿Qué hacer, pués, para tocar con la mano tan profundas heridas?”<sup>97</sup>. No entanto deixou clara sua insatisfação em relação aos atos praticados por este imperador, omitindo qualquer referência nominal, sendo que quando era inevitável, utilizou-se da expressão “aquele homem”.

O panegirista de 310 procurou, portanto, explicar as atitudes desonrosas de Maximiano pela sua idade avançada e, oportunamente, por uma teoria filosófica onde mal existiria no mundo por uma fatalidade, ou seja, culpa do destino. O que podemos perceber nesta passagem é uma tentativa do orador em contrapor a

<sup>95</sup> An., Paneg. 310 (VII, 3-4) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1220.

<sup>96</sup> LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1215.

<sup>97</sup> An., Paneg. 310 (VIV, 3) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1224.

imagem de um Maximiano naturalmente mal, que o conduziria a uma vida rodeada de desgraças, a imagem de um Constantino naturalmente bom, que como consequência, teria uma vida gloriosa e cheia de fortuna.

Em decorrência, esta oposição foi levantada em diversos pontos na defesa da teoria da dinastia hereditária, na qual Constantino seria merecedor do Império por ocasião de seu nascimento, enquanto ao nascer, Maximiano “abraçou” a sorte errada, onde suas pretensões desenfreadas pelo poder só podiam conduzi-lo a morte. Segundo Rosane Dias de Alencar<sup>98</sup>, a contenda da morte de Maximiano originou grande repercussão, uma vez que o mesmo foi condenado ao suicídio voluntário, sob a alegação de traição.

En cuanto a él, creo que en el momento en que había de ser dado a luz y en que tenía que elegir la existencia que había de ser la suya, fue a caer en una suerte que no podía eludir una suerte que había de provocar injustamente numerosas muertes y había de conducir-le a él mismo al fin de una muerte voluntaria.<sup>99</sup>

Acreditamos que o orador procurou abordar esta querela entre sogro e genro conduzindo-a para este campo do caráter pessoal, com o objetivo de não permitir que as pretensões ao poder imperial fossem novamente fomentadas. Poderia ser contraditório centrar este levante na questão de que a ascensão ao poder pela força militar e pretensões particulares fossem legítimas.

Da mesma forma que procurou fazer ao longo de seu discurso, foi por meio da abordagem deste levante que o orador do “Panegirico de Constantino” tratou de lançar argumentos que consolidassem a concepção de poder divino do soberano, distanciando a participação de uma aristocracia, principalmente as provincianas por intermédio do exército, da nomeação do soberano, aproximando-se cada vez mais do ideal monárquico do *Dominato*.

Em continuidade, percebeu-se que a essência dos argumentos que legitimavam Constantino eram as mesmas que procuravam fundamentar a concentração do poder nas mãos soberano sob o formato de uma monarquia de

<sup>98</sup> ALENCAR, R. D. de. Memória e poder nos panegíricos de Constantino. In: *X Ciclo de Estudos Antigos e Medievais* - NEAM, 2006, Assis. Anais 2006 Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/neam/anais2006/texto14.pdf>. Acesso em 08/08/2007. P. 5.

<sup>99</sup> An., Paneg. 310 (XIV, 5) In: LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. P. 1224.

direito divino, contudo, esta argumentação foi conduzida e balizada pelos caminhos que este imperador percorreu até chegar ao poder. Sobre esta questão, Manuel J. Rodrigues Gervás enfatiza que:

De tal manera que en el 307 su poder es justificado por la alianza de Maximiano, reflejo de ello es su asociación con Hércules. Tras vencer Maximiano el poder que ha obtenido le viene de su nacimiento, **imperator ortus est**, por ser hijo de Constancio y familiar de Cláudio II. Pero conseguida la victoria sobre Majencio, el **imperium** se le reconoce por sus cualidades personales, tanto publicas como privadas.<sup>100</sup>

Foi baseado nestas ponderações que acreditamos que o modelo político-ideológico do *Dominato* configurou-se no século IV. Através das realidades sociais do império, os grupos que disputavam o poder procuravam consolidar seus ideais e justificar suas práticas. A ênfase constatada em questões relativas à comunicação imperial nos mostrou a efetividade que tinham os panegíricos, amparados pela arte da retórica e oratória, no que diz respeito à racionalização e estruturação de uma dada realidade em prol da consolidação dos interesses de um grupo particular como hegemônicos.

---

<sup>100</sup> GERVÁS, Manuel J. Rodrigues. Propaganda Política y Opinión Pública en los panegiricos latinos del bajo império. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991. P. 26.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de todo este trabalho procuramos sinalizar algumas pontuações conclusivas, o que nos levou neste momento, a ressaltar algumas destas como uma forma de complementação.

A chegada de Constantino ao poder e a extensa produção de discursos panegirísticos em sua homenagem acabou levantando algumas questões: por que este imperador ganhou destaque em relação aos demais imperadores do mesmo período? E por que, apesar de um grande número de trabalhos com temática em torno deste imperador, ainda sentimos a necessidade de dedicar a este personagem mais um estudo?

Constantino passou a ser considerado como um marco na história do Império Romano, por conseguir, em um período classificado por diversos historiadores como sendo a “decadência do Império”, dar continuidade ao sistema político imperial (mesmo que com adaptações estruturais) e por garantir a liberdade de culto aos cristãos.

Neste trabalho, tivemos a preocupação de centrar nossa abordagem no primeiro aspecto citado (até mesmo em razão do recorte temporal abrangido pela fonte selecionada, uma vez que ela foi produzida no ano de 310 d.C.), destacando que a questão da legitimidade da política imperial no século IV d.C. foi garantida através de uma produção teórica que procurou formular novas teorias de poder que se adaptassem às transformações e conflitos sociais, gerados, entre outros fatores, pela pressão nas fronteiras e a busca de inserção política das elites provincianas.

Acreditamos que este aspecto do governo do imperador Constantino mereça ainda discussões, devido a riqueza de elementos de legitimação do poder imperial empregados em larga escala nos discursos panegirísticos.

Para tanto, foi preciso que dedicássemos boa parte de nossa pesquisa à discussão e contextualização dos séculos III d.C. e IV d.C., buscando nos distanciar da tão polêmica argumentação de que havia sido neste momento que o Império Romano começara a ruir.

Não negamos, entretanto, que o período estudado seja marcado por rupturas em relação à Antiguidade Clássica, mas procuramos defender a idéia de que neste momento, o Império Romano buscou inúmeras formas de garantir sua manutenção e

continuidade, sofrendo, portanto, inúmeras transformações que englobaram desde reformas administrativas, até uma redefinição teórico-ideológica acerca do poder imperial.

Logo, acreditamos que neste momento - considerado como momento de transição da Antiguidade para a Idade Média - configurou-se uma nova realidade política, surgida como resultado de uma adaptação da estrutura imperial clássica às pressões e influências externas, e até mesmo, internas, sofridas pelo Império Romano.

Constantino ascendeu ao poder imperial neste contexto de transformações e adaptações, dando continuidade e procurando consolidar o novo sistema político-ideológico que então se configurava, denominado como *Dominato*, continuando assim o que Diocleciano (284-305 d.C.) havia começado com a instauração da Tetrarquia.

Diocleciano procurou estancar, com o estabelecimento deste modelo político-administrativo, as inúmeras disputas pelo poder que caracterizaram o período conhecido como Anarquia Militar (235-284 d.C.). Disputas que haviam sido possibilitadas pelo aparecimento do poderio militar como importante elemento nos esquemas do governo imperial, onde as legiões conquistaram, neste sentido, um papel de destaque na nomeação dos soberanos.

A proximidade e influência das monarquias orientais conduziu a política do *Dominato* a uma teorização do poder imperial amparada na sacralização, na concepção de poder descendente e imperador pela Graça Divina, de forma que novos símbolos do poder foram incorporados, fundamentando assim a política imperial sob as bases de uma monarquia do tipo oriental.

A redefinição dos parâmetros da relação do homem com o sagrado serviu como fundamento da política do *Dominato*, que procurava, entre outros fatores, relativizar o papel do poderio militar e até mesmo do próprio senado na nomeação dos soberanos: agora, o imperador seria imperador por uma vontade divina, onde este divino acompanhava a questão da centralização de poder, sendo conduzido de forma paulatina para um monoteísmo (mesmo que ainda dentro do próprio paganismo).

Nas questões de administração e defesa imperial, a Tetrarquia procurou amenizar a ameaça de invasão nas fronteiras com a divisão do território imperial em quatro setores, que seriam administrados por quatro imperadores legítimos com uma



autonomia em sua respectiva região. Entretanto, seguiriam uma hierarquização: o colégio imperial seria composto por dois *augustos* e dois *césares*, onde os *césares* ascenderiam ao posto de *augusto* após a morte desses ou decorridos vinte anos de governo.

Seriam os laços de fidelidade (firmado entre outros meios pelo casamento entre os familiares) que garantiriam a manutenção da Tetrarquia. Contudo, foi no momento da renúncia de Diocleciano em 305 d.C. e da ascensão dos novos *césares* como *augustos*, que o sistema da Tetrarquia começou a ruir, e Constantino ganhou espaço no cenário da política imperial.

Ao ascenderem com *augustos* no colégio imperial Galério e Constâncio Cloro (pai de Constantino) novos *césares* foram nomeados, entretanto, por manobra de Galério, Constantino e Maxêncio (filho de Maximiano) acabaram ficando de fora da composição deste novo colégio imperial.

Com a morte de Constâncio Cloro em 306, Constantino sentiu uma abertura para requisitar uma posição que acreditava ser sua por direito: foi aclamado *augusto* por suas tropas. Este acontecimento reascendeu a questão do poderio militar na nomeação dos imperadores, dando espaço para que inúmeros aspirantes ao poder disputassem o título de *augusto*.

Neste contexto, Constantino se destacou por conseguir se legitimar como soberano, superando aos poucos, através de campanhas militares vitoriosas, seus concorrentes, vindo a consolidar-se monarca absoluto em 324 d.C..

Como a disputa imperial estava reaberta, a permanência no poder requeria algo a mais do que somente a aclamação militar. Foi neste momento que as alianças políticas e a produção panegirística ganharam destaque na política imperial.

As teorias acerca da concepção divina do poder e o resgate de elementos tradicionais (caso das associações dos aspirantes ao poder a personagens gloriosos) cumpriam esta função, baseados pela fundamentação ideológica do *Dominato*.

Conforme trabalhamos nos capítulos 2 e 3, a produção panegirística do século IV d.C. auxiliou na criação de um apoio teórico para estas questões, se adaptando à realidade do momento em que era produzida, essencialmente às mudanças constantes que ocorriam na esfera das alianças políticas.

Desta forma, o bom orador deveria continuar fundamentando os ideais do *Dominato* em seus discursos, contudo, sua abordagem seria balizada pelas

realidades materiais do momento em que era produzido, e procuraria amenizar os pontos de contradição entre um momento e outro.

Este fato foi evidenciado quando analisamos o discurso do ano de 310 d.C. “Panegirico de Constantino” em relação ao discurso do ano de 307 d.C. “Panegirico em honor de Maximiano y Constantino”. Este último discurso procurou fundamentar as bases do *Dominato* ainda sob a primeira aliança política realizada por Constantino, que objetivando um reconhecimento institucional do título obtido pela aclamação militar, uniu-se a Maximiano (ex-tetrarca), onde a fidelidade entre ambos foi selada pelo casamento de Constantino com Fausta (filha de Maximiano).

Com o fim desta aliança após o levante de Maximiano contra Constantino no ano de 310 d.C., o orador do “Panegirico de Constantino” teve que reformular a justificativa da legitimidade de Constantino enquanto imperador romano, que passava a ser embasada quase que exclusivamente na questão do poder descendente e na constituição de uma dinastia familiar e hereditária.

Embora estes argumentos já aparecessem no “Panegirico em honor de Maximiano y Constantino”, este último orador utilizava como eixo de argumentação para a legitimação dos personagens exaltados, os princípios de sucessão estabelecidos pela Tetrarquia, principalmente pelo fato de que Maximiano havia composto a primeira formação tetrárquica ao lado de Diocleciano, tendo como seu *césar* imediato, Constâncio Cloro, pai de Constantino.

Defendemos, portanto, a idéia de que a comunicação, a linguagem e a produção literária não estavam desvinculadas das questões sociais e políticas do Império Romano, e a ampla utilização dos discursos panegirísticos como instrumentos de promoção ideológica retrata a preocupação em se adequar as teorias de poder às novas realidades que se estabeleceram durante o século IV d.C..

Pudemos perceber neste sentido, que a produção panegirística em homenagem ao imperador Constantino, com destaque ao “Panegirico de Constantino” pronunciado no ano de 310 d.C., possuía uma argumentação que transitava, por intermédio da exaltação da imagem deste imperador, não só na fundamentação da organização do *Dominato*, como também procurava garantir a materialização desta nova estrutura de poder, de cunho monárquico centralizado, juntamente com a sua boa aceitação perante a sociedade imperial como um todo,

que aos poucos era conduzida para uma aproximação ao status de “súditos”, em contraposição ao ideal clássico de cidadão.

## **Anexo I**

### **Lista dos Principais Imperadores até Anarquia Militar**

#### ***Dinastia dos Júlios-Cláudios***

**27 a.C. - 14:** Augusto

**14 - 37:** Tibério

**37 - 41:** Calígula

**41-54:** Cláudio

**54 - 68:** Nero

#### ***Dinastia dos Flávios***

**69 - 79:** Vespasiano

**71 - 81:** Tito

**81 - 96:** Domiciano

#### ***Dinastia dos Antoninos***

**96 - 98:** Nerva

**97 - 117:** Trajano

**117 - 138:** Adriano

**138 - 161:** Antonio Pio

**161 - 180:** Marco Aurélio

**161 - 169:** Lúcio Vero

**176 - 192:** Cômodo

#### ***Dinastia dos Severos***

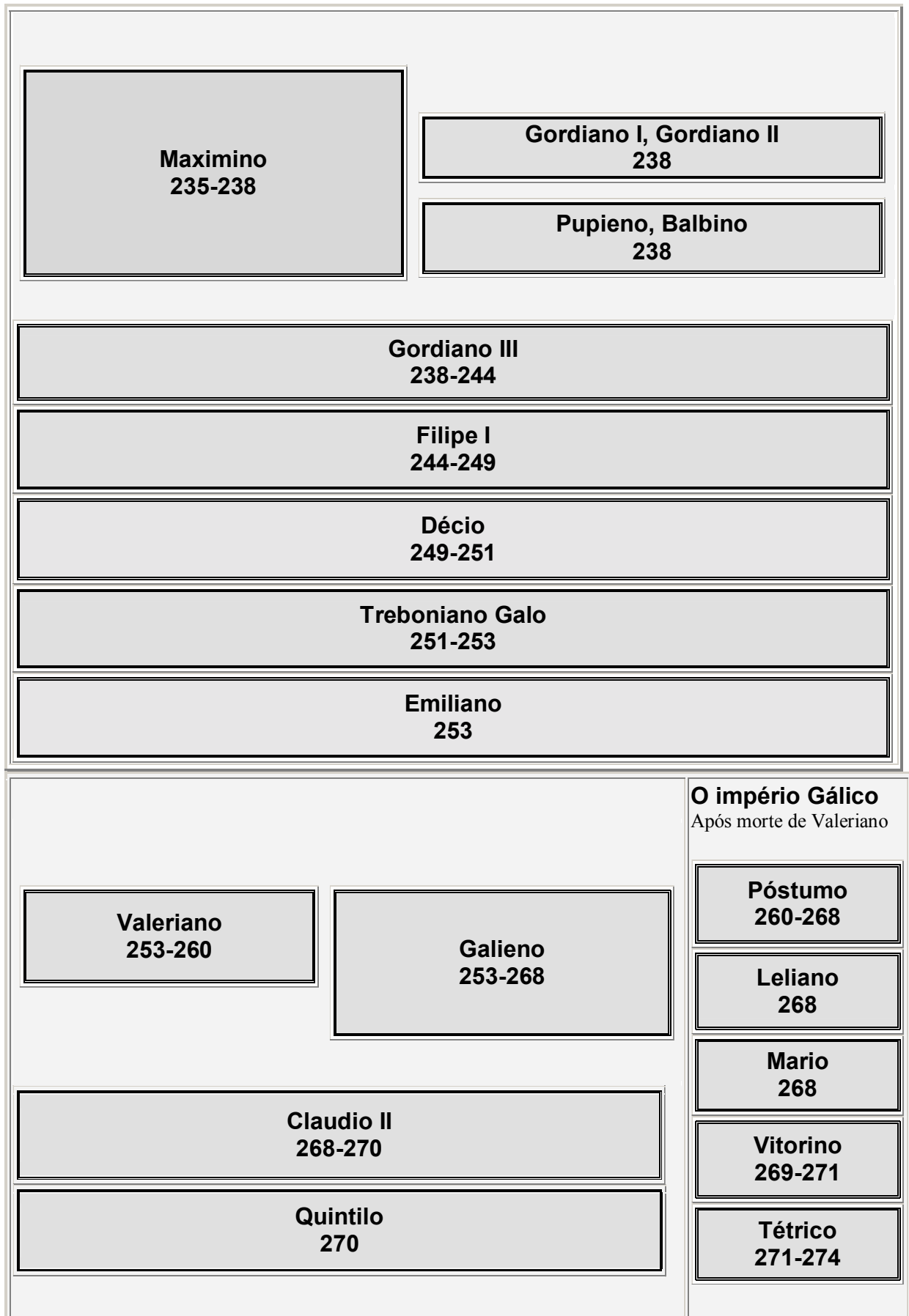
**193 - 211:** Septímio Severo

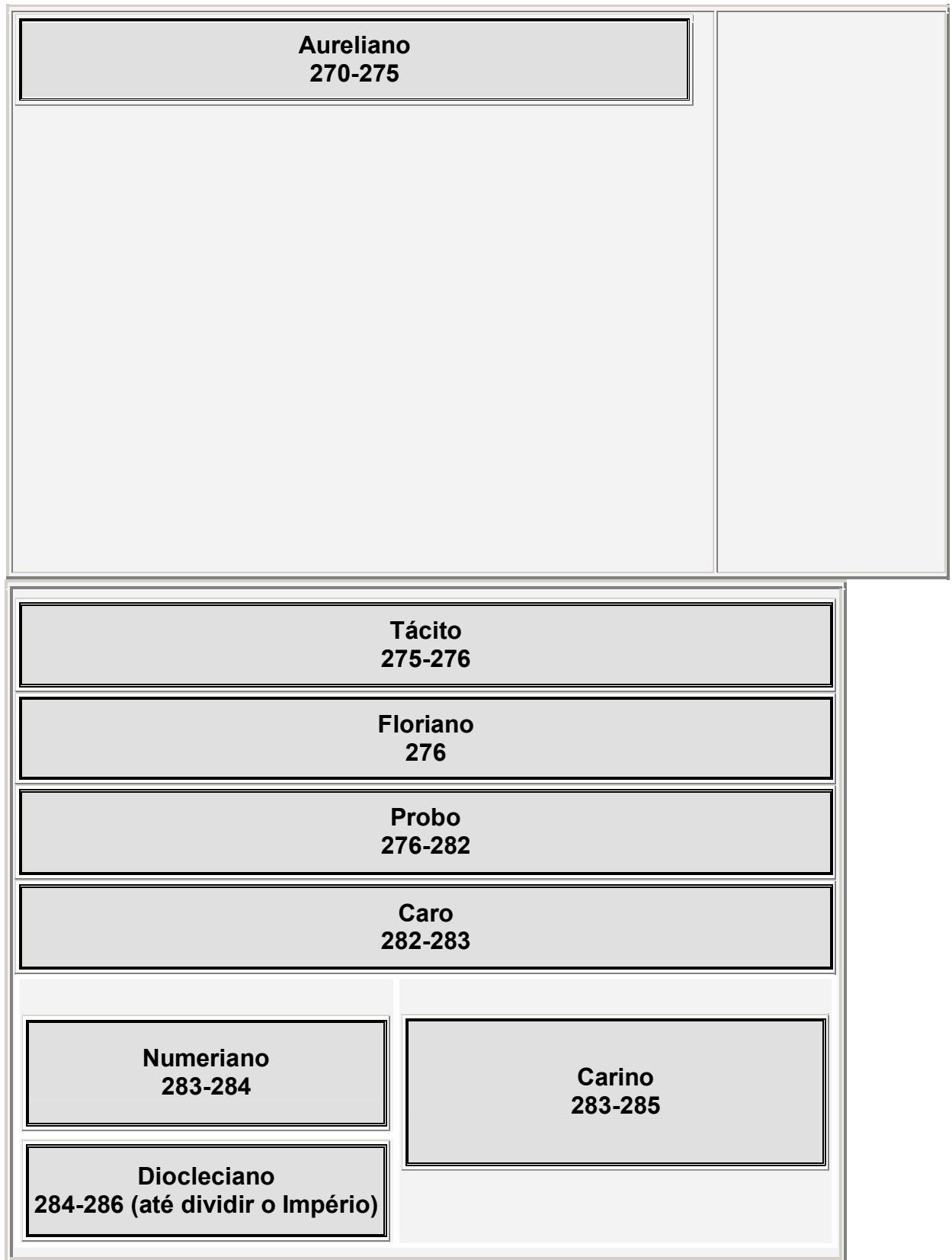
**198 - 217:** Caracala

**218 - 222:** Heliogábalo

**222 - 235:** Severo Alexandre

### Quadro dos principais Imperadores da Anarquia Militar





### Tetrarquia Imperial

<b>284 - 305</b>	Diocleciano <i>augusto</i> .
------------------	------------------------------

<b>286 - 305</b>	Maximiano <i>augusto</i> .
<b>293 - 305</b>	Constâncio Cloro e Galério <i>césares</i> .
<b>305 - 306</b>	Constâncio Cloro e Galério <i>augustos</i> Severo e Maximino Daia <i>césares</i> .
<b>306</b>	Galério e Severo <i>augusto</i> Aclamação de Constantino <i>augusto</i> pelas tropas, embora seja reconhecido por Galério como <i>césar</i> sob Severo.
<b>306 - 308</b>	Constantino, Maxêncio, Galério, Maximino Daia, Maximiano e Licínio: todos disputando os encargos de <i>augusto</i> .

## Anexo II

### Cronologia Comentada:

**235:** Ascensão de Maximino ao poder Imperial. Este personagem tinha origem humilde e foi ascendendo socialmente através do exército, chegando a dirigi-lo sob o governo de Severo Alexandre, tornando-se o primeiro imperador que ascendeu ao trono através de sua carreira militar. Durante uma campanha contra os germanos, Maximino encabeçou uma conspiração contra Severo Alexandre, terminando com o assassinato deste e sua proclamação por meio do exército. O governo de Maximino foi marcado em grande parte pela luta contra tribos invasoras ao longo do Reno e Danúbio. Também nomeou seu filho Máximo com *césar*.

**238:** Neste ano, o conturbado governo de Maximino sofreu com uma rebelião de um grupo de cidadãos do Norte da África, que descontentes com a carga tributária, proclamaram como imperadores Gordiano I e Gordiano II, sendo confirmados como *augustos* pelo Senado, que acabou destituindo Maximino. O governo de Gordiano I e II durou pouco mais que 45 dias, devido à luta contra o governador da Mauritânia Capeliano (este se rebelou após ter sido deposto por Gordiano I).

Maximino procurou reprimir esta rebelião e marchou para Roma. Com a notícia da morte dos dois Gordianos e da marcha de Maximino para Roma, o Senado procurou nomear imediatamente dois novos *augustos*, sendo eles Balbino e Pupieno, que conseguiram de certa forma reprimir o avanço de Maximino (que foi assassinado junto com seu filho por suas próprias tropas).

Entretanto, o governo de Balbino e Pupieno durou pouco mais que três meses, pois os pretorianos, desgostosos com as políticas que visavam restaurar a disciplina militar, assassinaram estes dois personagens. Em decorrência destes fatos, os pretorianos proclamaram imperador Gordiano III, que governou até 244, sendo que uma de suas principais preocupações havia sido a invasão na Síria por parte do rei dos persas Sapor I em 241.

**244:** No ano anterior, havia ascendido ao poder na guarda pretoriana Filipe I. Este indis pôs o exército contra Gordiano III, que foi morto por suas próprias tropas durante a campanha contra os persas. Desta maneira, Filipe I ascendeu ao posto de Imperador. O Senado reconheceu Filipe I como *augusto* e também nomeou sua esposa com o título de *augusta*, e seu filho Marco Julio Severo Filipo como *césar*. Seu governo durou até o ano de 249, porém, foi marcado por intensas disputas pelo poder imperial por parte das províncias.

**248:** No Danúbio, as legiões da Panônia e Mésia proclamaram imperador T. Claudio Marino Pacatiano. No Oriente, devido a descontentamento pela elevação dos impostos, foram proclamados dois novos imperadores na Capadócia (Jotapiano) e na Síria (Julio Aurelio Sulpicio Uranio Antonino), dos quais somente U. Antonino continuou no poder.

**249:** Filipe I envia Décio para reprimir a revolta no Danúbio. Quando este chega na região, as legiões matam Pacatiano e proclamam no seu lugar Décio, que dirigindo-se a Itália travou uma Batalha com Filipe I, da qual saiu vitorioso e Filipe I assassinado. Com sua vitória, o Senado o reconheceu como imperador, atribuindo-lhe o título de *augusto*.

**250:** Neste ano Décio nomeia como *césares* seus dois filhos. Também, teve seu governo abalado devido à invasão dos godos próximo a região da Dácia.



**251:** Décio e seu filho mais velho morrem durante a batalha contra os godos. O Senado proclama imperador o filho mais novo Hostiliano, e os soldados, por sua vez, aclamaram como imperador Treboniano Galo, que também havia servido na campanha contra os godos. Ambos governaram conjuntamente por um curto período de tempo, pois Hostiliano morreu de peste neste mesmo ano. Treboniano Galo consegue selar um acordo com os godos, porém o mesmo não foi visto com bons olhos pelos romanos.

**253:** Neste ano o Império Romano volta a ser invadido pelos godos, que foram derrotados pelo governador da Mésia Emiliano. Com esta vitória suas tropas o proclamam imperador. Treboniano Galo convoca o comandante das tropas do Reno (Valeriano) para a batalha contra Emiliano, porém antes mesmo de se encontrar com Valeriano foi derrotado (assassinado por suas próprias tropas) e Emiliano governa como único imperador reconhecido pelo Senado até quase o final deste ano.

Entretanto, Valeriano não reconheceu esta designação e guiou suas tropas contra Emiliano. O exército deste, reconhecendo a superioridade militar de Valeriano, assassinou Emiliano e proclamou Valeriano como imperador. Este por sua vez, logo associou seu filho Galieno ao poder, conferindo-lhe o título de *augusto* e o incumbindo da administração das províncias ocidentais. Podemos perceber neste momento, o embrião do sistema de fragmentação do Estado que se consolidará com a instauração da Tetrarquia com Diocleciano.

Valeriano foi um dirigente hábil, e seu governo contava com o apoio do Senado, principalmente pelo favorecimento deste com a política tributária adotada. Entretanto, seu governo sofreu com inúmeras incursões bárbaras em praticamente todas as fronteiras do império, entre elas novamente a dos godos, alamanos, francos, povos nômades na África, sármatas e por fim, persas, que chegaram a conquistar Antioquia em 254.

**260:** A morte de Valeriano neste ano permite a multiplicação das usurpações, e diversos imperadores passam a ser nomeado pelas tropas com a intenção de se solucionar o problema das fronteiras. Seu filho Galieno o sucedeu como único

imperador nominal até 268, entretanto, constatamos a presença de poderes paralelos como o Império da Palmira (260-272) e o Império Gálico (260-274).

A Palmira era uma importante zona comercial, e sempre teve uma autonomia tolerada pelos romanos, principalmente na questão da política interna. Odenato havia tornado-se senhor da Palmira por volta de 250, e foi um dos principais aliados de Roma contra os Partos, atitude que lhe permitiu ser nomeado governador geral de todo o oriente do Império Romano.

Enquanto tentava estabilizar a situação do império, Galieno enviou seu filho Salonino junto com outros generais (entre eles Póstumo) para proteger a fronteira do Reno. Entretanto, este não soube cumprir bem sua função e em meio às pressões dos alamanos e francos, as tropas nomearam Póstumo como imperador. Este por sua vez derrotou Salonino e foi reconhecido imperador pelas províncias da Gália, parte da Germânia, Hispania e Britania, formando assim o Império Gálico.

**261:** Galieno teve que reconhecer, mesmo que temporariamente a autoridade de Póstumo, pois os alamanos estavam conseguindo adentrar no território romano.

**263:** Galieno começa uma campanha militar contra Póstumo, porém não obteve êxito, e devido a conjuntura de crise em que o império encontrava-se, não empreendeu mais campanhas contra o Império Gálico.

**267:** Neste ano, Galieno e Póstumo chegaram a um acordo definindo a área de controle de ambos, dividindo assim o império.

Odenato (Palmira) foi assassinado neste ano, sendo substituído por sua mulher, Zenóbia, e seu filho Vobalato, que procuraram expandir as fronteiras do império, chegando a invadir a Síria.

**268:** Um dos generais de Galieno (Aureolo) rebelou-se na Itália e foi proclamado imperador. Rapidamente este levante foi reprimido, entretanto, proporcionou uma nova conjuntura contra o imperador e Galieno acabou assassinado. Em seu lugar, as tropas proclamaram imperador Cláudio II, fato que foi rapidamente reconhecido pelo Senado. Cláudio II tentou recompor a glória do império e obteve uma decisiva vitória contra os alamanos.

Póstumo também sofreu com levantes internos no Império Gálico, e um dos mais importantes foi o liderado por Leliano, governador da baixa Germânia que foi aclamado imperador por suas tropas. Póstumo conseguiu eliminar este rival, porém foi assassinado pouco depois por suas próprias tropas que proclamaram Mário como imperador em seu lugar. Acredita-se que o motivo de seu assassinato pode ter sido o descontentamento das tropas que foram impedidas de realizar a pilhagem do local da batalha, ou que sua morte tenha sido ocasionada por seguidores de Leliano.

**269:** Mário pouco fica no governo do Império Gálico, sendo assassinado por suas próprias tropas, e sucedido por Vitorino, um fiel soldado de Póstumo. Porém, nunca foi reconhecido pela Hispania, que após as investidas de Cláudio II contra Vitorino, voltou a ser dependente de Roma. Uma das principais campanhas empreendidas por este imperador (e a que lhe garantiu o nome Gótico) foi contra o numeroso exército dos godos que constituía uma grave ameaça ao poder romano, próximo a Macedônia. Cláudio II saiu vitorioso da batalha de Naisso, na qual foi decisivamente auxiliado por seu comandante da cavalaria, Aureliano.

As influências do império da Palmira continuaram a aumentar. Zenóbia enviou um exército ao Egito, o que lhe garantiu a posse do Nilo, aumentando a influência do comércio com o ocidente. Também iniciou uma campanha para ocupar os territórios da Ásia Menor, em claro desafio com Roma.

**270:** Quando estava preparando suas tropas para empreender uma campanha contra Zenóbia, Cláudio ficou gravemente doente e morreu, contudo, já havia recomendado como seu sucessor seu melhor general, Aureliano. Devido a ameaça de invasão dos alamanos, as tropas da Itália aclamaram como imperador o irmão de Cláudio II, Quintilo, que foi reconhecido pelo Senado. Simultaneamente, as legiões da Panônia, seguindo as indicações de Cláudio II, aclamaram imperador Aureliano. Devido a uma política sem grande sucesso, as tropas abandonaram Quintilo, o que acarretou em seu suicídio. Desta forma, Aureliano conseguiu o reconhecimento geral e a sanção do Senado.

**271:** Aureliano herda um império extremamente frágil, pressionado nas fronteiras e dividido. Apesar deste fato, conseguiu importantes vitórias sobre os vândalos, sármatas e godos. Em uma tentativa de conter o avanço do Império da Palmira,

Aureliano prometeu reconhecer Zenóbia e seu filho como soberanos do Oriente, desde que se retirassem do Egito, porém, a proposta foi recusada e Zenóbia nomeou-se, juntamente com seu filho, imperadores do Oriente. Este fato abriu precedente para que Aureliano empreendesse uma forte campanha contra Palmira, que durou até o ano seguinte.

Em relação ao Império Gálico, Vitorino foi assassinado por um de seus próprios oficiais, sendo sucedido por Tétrico. Este foi o último soberano do Império Gálico, alcançando este posto graças à influência da mãe de Vitorino. Nomeou seu filho Tétrico II como seu auxiliar, sob a titulação de *césar*.

**271:** Aureliano finalmente consegue controlar a situação no oriente com a morte de Vabalato, e passou então a se preocupar com a situação do Império Gálico, que por sua vez se empenhava em repelir o assalto de algumas tribos germânicas e conter a crise em que se encontrava desde a morte de Vitorino.

**274:** Após algumas batalhas onde Aureliano havia conseguido vantagem, Tétrico sela um acordo com o imperador romano e rende-se. Tanto ele como seu filho são perdoados por Aureliano e passam a viver em Roma, sendo este ano o marco do fim do Império Gálico.

**275:** Após a conspiração de um de seus oficiais, Aureliano foi assassinado durante uma expedição contra os persas. O Senado então elege Tácito como imperador.

**276:** Tácito, como os demais imperadores que o precederam, também enfrentou pressões ocasionadas pelo avanço de tribos bárbaras, e nas campanhas que empreendeu saiu vitorioso. Faleceu neste ano de causas duvidosas. Acredita-se que pode ter sido acometido por uma forte febre ou sofrido uma conspiração por parte de alguns chefes militares. Logo, o Senado proclamou imperador Floriano, irmão de Tácito, que também foi aceito pelo exército de todo o império, exceto pelas tropas da Síria, que simultaneamente, proclamaram Probo como seu imperador. Floriano também foi assassinado por seus próprios soldados quando o conflito com Probo estava prestes a ser deflagrado. Após estes acontecimentos, o Senado também reconheceu Probo, sendo-lhe atribuído o título de *augusto*.

**282:** Probo teve muito êxito em seu governo, e conseguiu estabilizar as fronteiras do império depois de inúmeras batalhas. Empreendeu inúmeras obras públicas, porém, acredita-se que a paz de seu governo deixou as tropas descontentes, uma vez que não tinham ganhos com pilhagens. Desta forma, acabou sendo assassinado por um grupo de soldados descontentes. Em seu lugar, as tropas proclamaram Caro, que depois foi confirmado pelo Senado.

Caro nomeou como *césares* seus dois filhos Carino e Numeriano. Enviou o primeiro para solucionar algumas revoltas na Gália, e o segundo o acompanhou na luta contra os sármatas.

**283:** Caro morre ao final da batalha vitoriosa contra os persas. Seu filho Numeriano foi reconhecido *augusto* pelas tropas, juntamente com seu irmão Carino. Ambos foram reconhecidos posteriormente pelo Senado.

**284:** Numeriano governou somente por nove meses, e durante seu regresso da campanha contra os persas, foi assassinado por seu sogro Arrio Aper. Após a sua morte, as tropas proclamaram imperador Diocleciano, entretanto, Carino não reconheceu esta nomeação.

**285:** Carino empreende uma disputa pelo poder com Diocleciano na Mésia, entretanto, acaba sendo assassinado por suas próprias tropas que haviam reconhecido Diocleciano como único soberano.

**286:** Diocleciano, percebendo que a extensão do Império proporcionava uma dificuldade de administração e também a fragilidade nas fronteiras, associa ao seu governo sob o título de *césar* Maximiano, que após ser bem sucedido na campanha contra os bagaudas, foi elevado ao cargo de *augusto*. Foi configurado, portanto, uma Diarquia no Império Romano.

**287:** Carausio proclama-se imperador da Britania, e Maximiano foi encarregado de reprimir esta rebelião, entretanto não foi vitorioso nesta campanha.

**293:** A ameaça nas fronteiras do império exigia em diversas localidades a presença de um grande exército, conseqüentemente do soberano. Em decorrência deste fato,

Diocleciano efetuou uma nova reorganização das estruturas imperiais, fundamentada na Tetrarquia, onde os encargos imperiais se dividiriam com mais dois titulares, denominados *césares*. Neste sentido, foram nomeados Galério e Constâncio Cloro ao cesarato sob Diocleciano e Maximiano respectivamente.

Constâncio Cloro foi encarregado de sufocar a rebelião da Britânia no lugar de Maximiano, e saiu vitorioso desta disputa, sendo que este território voltou a ser incorporado ao império romano.

**305:** Renúncia de Diocleciano, seguida por Maximiano como consequência dos laços de fidelidade que os uniam. Sobem ao posto de *augusto* Galério e Constâncio Cloro, que escolhem como novos *césares* Maximino Daia e Severo (imposto por Galério como *Cesar* sob Constâncio).

Os filhos de Constâncio Cloro e Maximiano, respectivamente Constantino e Maxêncio ficaram fora desta participação no colégio imperial, e iniciam assim novos rumores sobre as disputas imperiais.

**306:** Morre Constâncio Cloro, elevando-se oficialmente ao título de *augusto* Severo. Entretanto, as tropas de Constantino na região da Britânia e da Gália o aclamaram imperador e *augusto*, mas o então *augusto sênior* Galério reconhece Constantino somente como *césar*.

Neste mesmo ano, Maxêncio usurpou o poder na África e na Itália, aproveitando os atritos entre Galério e Constantino. Chamou de volta ao poder seu pai Maximiano, que retornou a púrpura imperial, também como *augusto*. Neste momento contamos com cerca de quatro imperadores *augustos* no ocidente: Maximiano, Maxêncio, Constantino e Severo.

**307:** Severo tentou reprimir a revolta de Maxêncio e Maximiano, entretanto foi abandonado por suas tropas e executado logo em seguida. Em substituição à Severo, Galério nomeia Licínio como *augusto* no ocidente. Esta nomeação não foi vista com bons olhos, uma vez que Licínio nem sequer havia passado pelos encargos de *césar*. Diversas alianças são feitas na tentativa destes personagens de se estabelecerem no poder imperial, entre elas a de Maximiano e Constantino, selada pelo casamento deste último com Fausta, filha de Maximiano.

**310:** Neste meio de disputas e insatisfação pela nomeação de Licínio, Maximino Daia se proclama *augusto* e constatamos seis personagens disputando neste momento o título de *augusto* no oriente e ocidente: Constantino, Maximiano, Maxêncio, Licínio, Maximino Daia, Galério.

Maximiano se levanta contra Constantino, rompendo a antiga aliança, entretanto, foi derrotado e condenado ao suicídio voluntário. Este é um dos temas principais do “Panegírico de Constantino” pronunciado neste ano. Com o fim desta aliança, Constantino passa a ter como mais um inimigo Maxêncio.

**311:** Com a morte de Galério, Licínio e Maximino Daia aliam-se e passam a administrar o território oriental do império. Neste ano, o número dos principais pretendentes que disputavam o império já havia diminuído para quatro: Constantino, Maxêncio, Licínio e Maximino Daia.

**312:** Constantino empreende uma forte campanha contra Maxêncio para reconquistar a Itália, derrotando um dos principais generais sob o comando de Maxêncio. O fim de Maxêncio já estava selado, e a derrota definitiva deste personagem para Constantino aconteceu na famosa batalha da ponte Milvia. Esta batalha passou para a história como um marco do declínio da devoção pagã de Constantino em prol do cristianismo, uma vez que seria sobre este episódio que se fundamenta a lenda da visão de Constantino do símbolo da cruz, que supostamente havia lhe garantido a vitória.

Com a morte de Maxêncio, Constantino encontra-se como único soberano do ocidente.

**313:** Licínio rompeu a aliança com Maximino Daia e o derrotou na batalha da Trácia, passando a governar sozinho nos territórios orientais. Constantino e Licínio tornaram-se então aliados, porém esta aliança sempre foi frágil e em diversos momentos esteve a ponto de se desfazer.

**314:** Ruptura declarada entre Constantino e Licínio, que travaram duas batalhas, porém, sem resultado definido.

**317:** Foi selada uma trégua entre estes dois personagens, e Licínio nomeia seu filho como *césar*, simultaneamente Constantino segue semelhante atitude e nomeia ao *cesarato* seus dois filhos, Crispo e Constantino II.

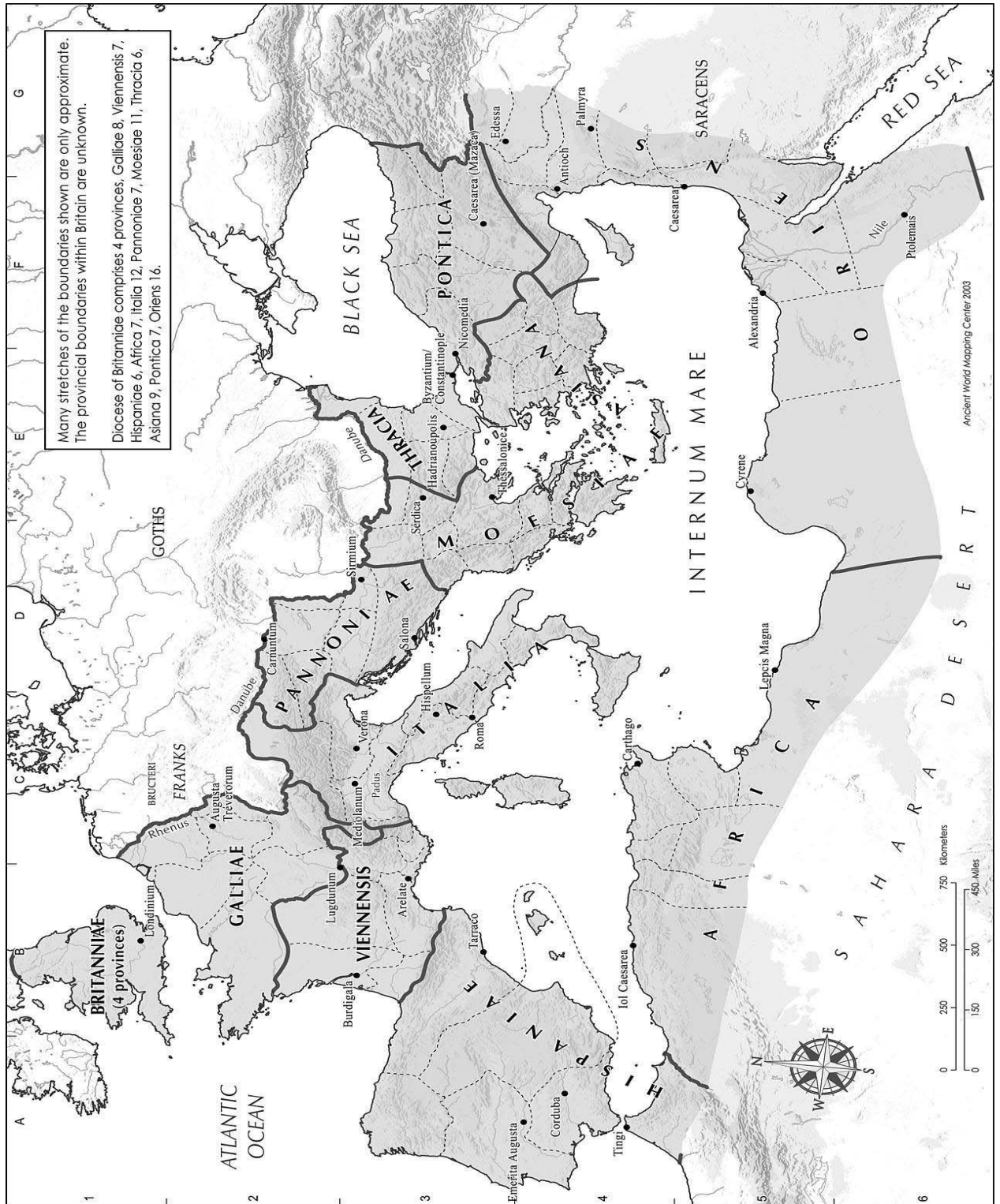
**321:** Novamente as desavenças entre Constantino e Licínio aparecem.

**324:** Constantino empreende uma derrota definitiva sob Licínio, tornando-se desta forma, monarca absoluto do Império Romano.



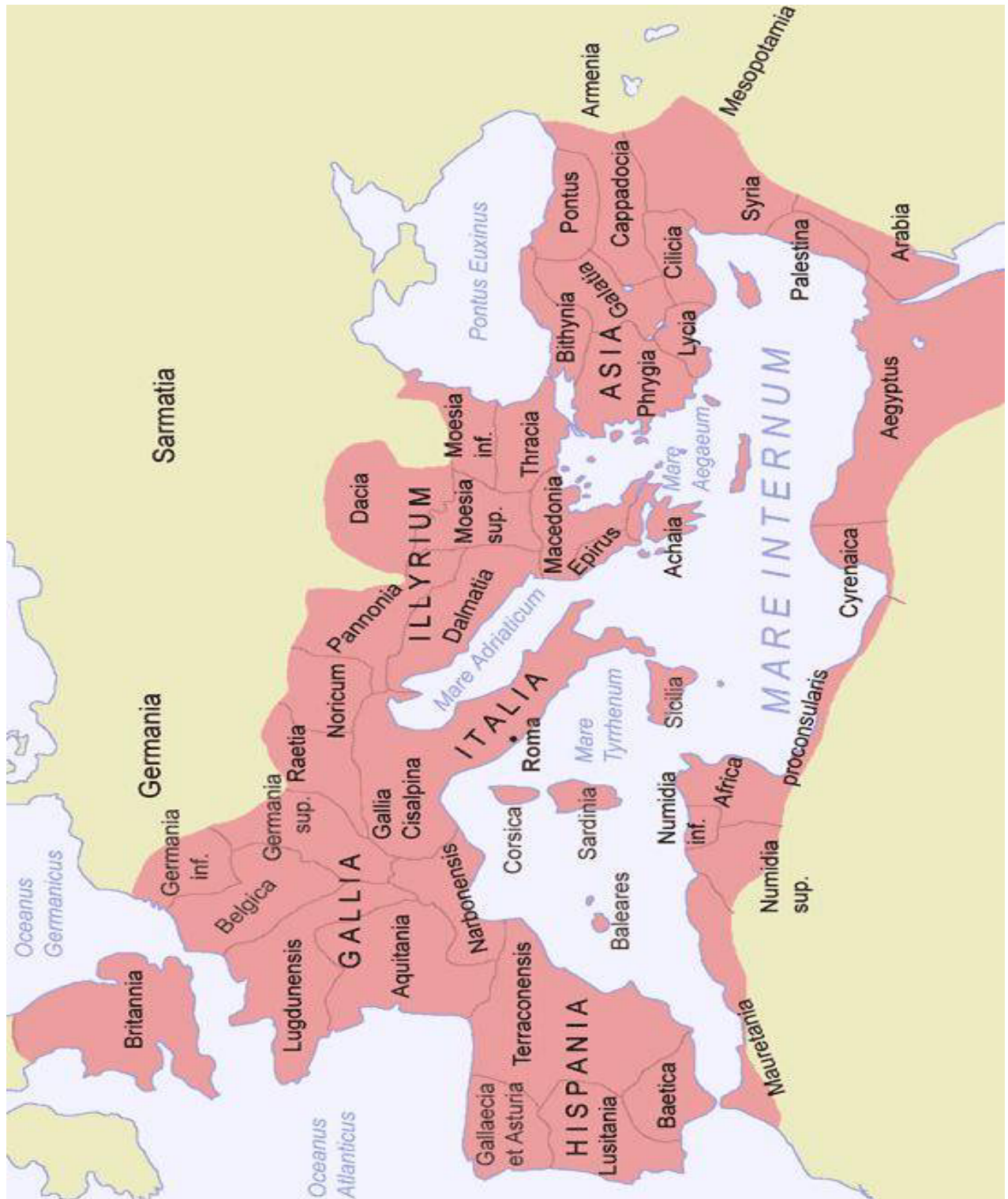
## Anexo III

### Mapa 01 - O Império Romano nos tempos de Constantino



Fonte: <http://www.unc.edu/awmc/mapsforstudents.html>

## Mapa 02 - A divisão do Império em Províncias



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Província\\_romana](http://pt.wikipedia.org/wiki/Província_romana)

## Divisão em regiões administrativas durante Tetrarquia

Mapa 03 - Províncias sob a administração de Constâncio Cloro



### Hispânia e Gália

Fonte: <http://www.geocities.com/Athens/Acropolis/6200/>



### Britânia







Itália

Fonte: <http://www.geocities.com/Athens/Acropolis/6200/>

### Mapa 06 - Províncias sob administração de Diocleciano



Trácia, Egito e Ásia.

Fonte: <http://www.geocities.com/Athens/Acropolis/6200/>





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes:

GALLETIER, E. *Panegyriques Latins*. Paris: Société d'edition "Les Belles Lettres", 1952. Tomo I e II.

LLORENTE, Victor-Jose H. *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969.

### Demais referências:

ALENCAR, R. D. de. Memória e poder nos panegíricos de Constantino. In: *X Ciclo de Estudos Antigos e Medievais* - NEAM, 2006, Assis. Anais 2006 Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/neam/anais2006/texto14.pdf>. Acesso em 08/08/2007.

ANDERSON, P. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BAILEY, Cyril (org.). *O legado de Roma*. Rio de Janeiro: Imago editora, 1992

BRAVO, G. Para un nuevo debate sobre la crisis del s. III (em Hispania), al hilo de un estudio reciente. In: *Gerión: Revista del Departamento de Historia Antigua/Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense*. Madrid, n. 16, p. 493-500, 1998.

\_\_\_\_\_. *El ritual de la <<proskynesis>> y su significado político y religioso en la Roma imperial* (con especial referencia a la Tetrarquía). In: *Gerión: Revista del Departamento de Historia Antigua/Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense*. Madrid, n. 15, p. 177-191, 1997.

BROWN, P. *O fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio à Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.

CARDOZO, Z. de A. *A literatura latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

CARVALHO, M. M. de. *Paidéia e retórica no séc. IV d. C.: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório de Nazianzeno*. 234 f. Tese (Doutorado em



História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

CÉSARÉE, Eusèbe de. *La théologie politique de l'Empire chrétien: louanges de Constantin*. Paris: Lês Éditions de Cerf, 2001. Introdução, tradução e notas por Pierre Maraval.

CREMONEZE, C. *Poder Régio na Hispania Visigoda: usurpação, tirania e legitimação- 550 a 633*. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2004.

DUTRA, E. R. de F. História e culturas políticas: definições, usos genealogias. In: *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 13-28, dez. 2002.

ESCRIBANO, M. V. Usurpación y religión en el s.IV D. de C.: paganismo, cristianismo y legitimación política. In: BLANCO, A. G. *Antigüedad y cristianismo: monografías históricas sobre la antigüedad tardía*. Murcia: Universidade de Murcia, 1990. P. 247-272.

\_\_\_\_\_. *Constantino y la rescissio actorum del tirano-usurpator*. In: *Gerión: Revista del Departamento de Historia Antigua/Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense*. Madrid, n. 16, p. 307-338, 1998.

FERRILL, Arther. *A queda do Império Romano: a explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

FRANCO JÚNIOR, H. Antigüidade Tardia ou Primeira Idade Média? In: ANDRADE FILHO, R. de O. (org.) *Relações de poder, educação e cultura na Antigüidade e Idade Média: estudos em homenagem ao professor Daniel Valle Ribeiro*. I CIEAM, VII CEAM. Santana da Parnaíba, São Paulo: Editora Solis, 2005. Pág. 233-242. Entrevista.

FRIGHETTO, R. *Cultura e poder na Antigüidade Tardia ocidental*. Curitiba: Juruá, 2003.

\_\_\_\_\_. Ordo Ubium Nobiliun. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 207-210, 2002.

\_\_\_\_\_. Imperium et orbis: conceitos e definições a partir das fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV/VII). Comunicação; *Facetas do Império na História*.

Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2006.

\_\_\_\_\_. Política e poder na Antigüidade Tardia: uma abordagem possível. In: *História Revista* – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, v.11. n. 1, p. 161-173, jan./jun. 2006.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

GERVÁS, Manuel J. Rodrigues. *Propaganda Política y Opinión Pública en los panegiricos latinos del bajo império*. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991.

GIBBON, E. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

GONÇALVES, A. T. M. A figura do Optimus Princeps nos Breviários de História romana. In: *Hélade*, v. 2, n. 2, p. 23-33, 2001. Disponível em: <http://www.heladeweb.net/Portugues/indexportugues.htm>. Acesso em 10/09/2008.

\_\_\_\_\_. A legitimação do poder imperial e os problemas sucessórios nos breviários de História Romana produzidos no IV século d.C. In: *História Revista* – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, v.11. n. 1, p. 01-15, jan./jun. 2006.

GRIMAL, Pierre. *Las ciudades romanas*. Barcelona: Vergara Editorial, 1956.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El intelectual, la realeza y el poder político em el Império Romano*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995.

KYTZLER, B. *Breve dicionário de autores griegos y latinos*. Madrid: Editorial Gredos, 1989.

LACTANCIO. *Sobre la muerte de los perseguidores*. Madrid: Editorial Gredos, 2000.

MACHADO, C. Edifícios e política na Roma Tetrárquica (285-303 d.C.). In: CARVALHO, M. M. de; SOUZA LOPES, M. A. de; FRANÇA, S. S. L. (orgs.). *As cidades no tempo*. 1ª ed. Franca: UNESP. São Paulo: Olhos d'Água, 2005. P. 87-111.

MARROU, Henri-Irénée. *Decadência Romana ou Antigüidade Tardia*. Lisboa: Editorial Áster. 1979

\_\_\_\_\_. *História da educação na Antigüidade*. São Paulo: E.P.U - Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1975.

MENDES, N. M. As relações políticas entre o Princeps e o Populus Romanum através do “transcrito público”. In: *Hélade*, vol. 2, n. 1, p. 39-49, 2001.

OLIVEIRA, M. A. M. *O Império Romano e o Reino dos Céus: a construção da imagem sagrada do imperador em De Laudibus Constantini, de Eusébio de Cesaréia*. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2005.

OLIVEIRA, W. F. *“A Antigüidade Tardia”* São Paulo: Editora Ática, 1990.

PALACIOS, J. L. C. *Los viajes de Constantino*. In: *Gerión: Revista del Departamento de Historia Antigua/Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense*. Madrid, n. 15, p. 193-203, 1997.

PARATORE, E. *História da Literatura Latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PEREIRA, M. H. da R. *Estudos de História*. Vol. II – Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

ROUCHE, M. *Os Impérios Universais: séculos II a IV*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980.

SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Maud Editora e EDUFES, 2006.

SILVA, G. V. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basiléia 337-361*. Vitória: Edufes, 2003.

\_\_\_\_\_. Motivações e procedimentos dos levantes populares urbanos no IV século. In: *Phoînix / UFRJ*, Rio de Janeiro, p. 157-168, 1997.

\_\_\_\_\_. *A Domus Imperial e o fenômeno das usurpações no século IV*. In: *Phoênix* / UFRJ, Rio de Janeiro, p. 73-84, 1995.

\_\_\_\_\_. Interesses subjacentes e interesses manifestos no contexto das usurpações romanas (284-395 d.C.). In: *Phoênix* / UFRJ, Rio de Janeiro, p. 91-100, 1996.

SILVA, E. E. M. *Igreja, conflito e poder no século IV d. C.: João Crisóstomo e o Levante das Estátuas em Antioquia*. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2006.

TAVEIRA, C. *O modelo político da autocracia Bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. 405 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.

TEJA, R. *Emperadores, obispos, monjes y mujeres – protagonistas del cristianismo antiguo*. Editorial Trotta, 1999.